

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Natal, 25/março/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG- Relatório de gestão

IN- Instrução Normativa

DN - Decisão Normativa

MJ- Ministério da Justiça

CTB- Código de Trânsito Brasileiro

TCU- Tribunal de Contas da União

TCO- Termo Circunstanciado de Ocorrências

CGU- Controladoria-Geral da União

PORT. – Portaria

DG- Diretor Geral

CGO- Coordenação Geral de Operações

DPRF- Departamento de Polícia Rodoviária Federal

COEN- Coordenação de Ensino

SRPRF- Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

SRH- Seção de Recursos Humanos

SAF- Seção Administrativa e Financeira

SPF- Seção de Policiamento e Fiscalização

NUCAP- Núcleo de Capacitação

NMP- Núcleo de Multas e Penalidades

ANTT-Agência Nacional de Transportes Terrestre

NUINT- Núcleo de inteligência

NUOFI- Núcleo de orçamentos e finanças

NUTEL

NCS- Núcleo de Comunicação Social

PDA- Personal Digital Assistance

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Relatório de Correição	78
Declaração do Contador	86

SUMÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO	6
1.1. Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada	6
1.2. Estrutura Organizacional da 15ª	7
1.3. Apresentação	8
2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMAS	9
2.1 Responsabilidade Institucional - Papel na execução das políticas públicas	9
2.2 . Estratégia de Atuação	14
2.3 . Programas	16
2.3.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da PRF	16
2.3.1.1. Dados gerais do programa	16
2.3.1.2 Principais ações do programa	16
2.3.1.3 Gestão das ações	16
2.3.1.4 Desempenho do programa – indicadores	22
2.3.2. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais	24
2.3.2.1. Dados gerais do programa	24
2.3.2.2 Principais ações do programam	24
2.3.2.3 Gestão das ações	24
2.3.2.4 Desempenho do programa – indicadores	44
2.3.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo	45
2.3.3.1. Dados gerais do programa	45
2.3.3.2 Principais ações do programam	45
2.3.3.3 Gestão das ações	45
2.3.3.4 Desempenho do programa – indicadores	51
2.4– Desempenho Operacional	52
2.4.1.Evolução dos gastos gerais	52
2.4.2 Restrições orçamentárias e elaboração da proposta	53
2.4.2.1 Programação das Despesas Correntes (UO)	53
2.4.3 Execução Orçamentária	54
2.4.4.Execução da despesa	54
2.4.5 Análise Crítica da Programação Orçamentária Original e Adicional	55
2.4.5.1 – Programação Orçamentária Original	55
2.4.5.2 – Programação Orçamentária Adicional	57
2.4.5.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	58
2.4.5.4 Análise Crítica das Concessões e Recebimento de Créditos Orçamentários por Movimentação Interna e Externa	58
2.4.6 Despesas por Modalidade de Contratação (UO)	60
2.4.6.1 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa(UO)	60
2.4.6.1.1 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	62
2.4.6.2. Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários	62
2.4.7 Execução orçamentária	63
2.5 Execução Orçamentária por Programa de Governo (UO)	69
3 COMPOSIÇÃO E CUSTOS DOS RECURSOS HUMANOS	81
3.1 Informações diversas da Área de Recursos Humanos (Quadro de Pessoal)	81
3.2 Demonstrativo dos contratos de terceirização no exercício de 2009	82
3.3 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	82
4. Restos a pagar de exercícios anteriores	83
5. CONCLUSÃO	84
ANEXOS	86

1.-Identificação

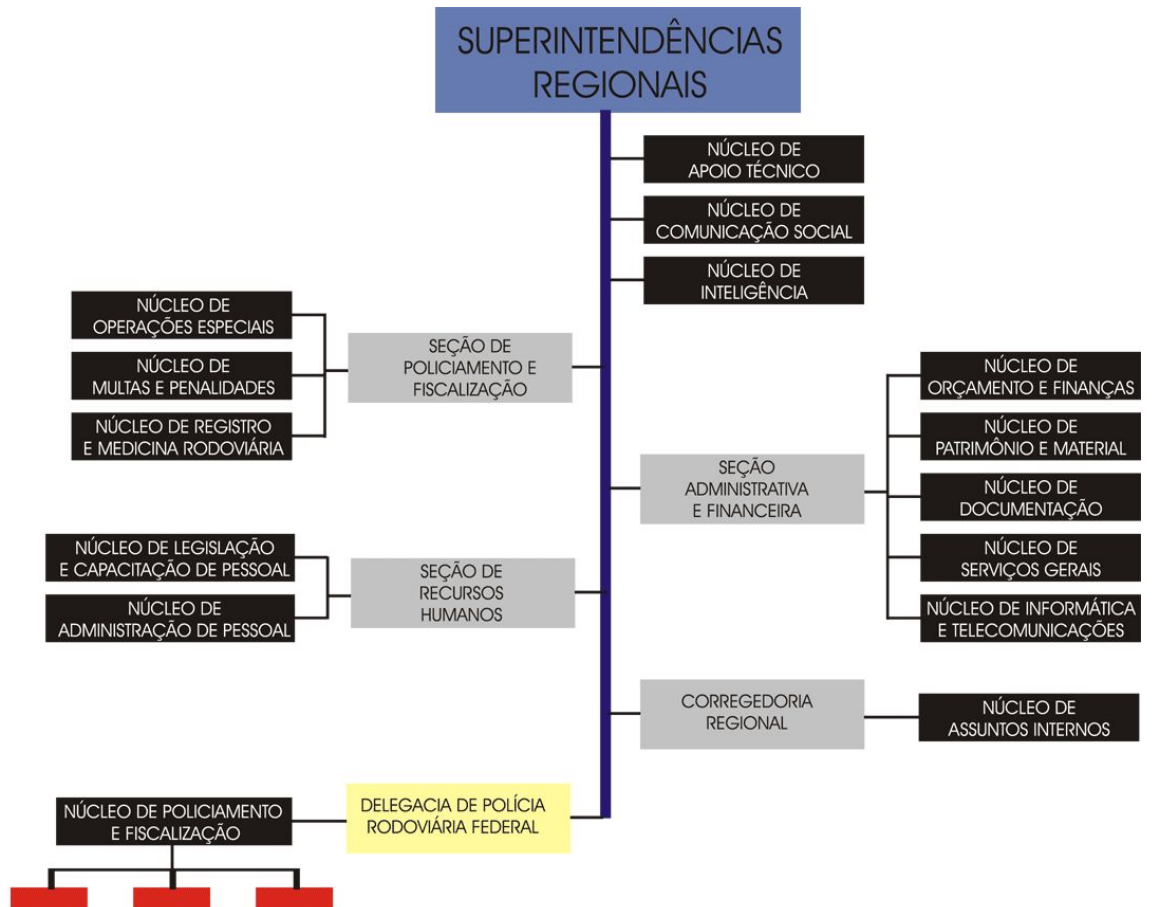
1.1 Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação : Ministério da Justiça			Código SIORG : 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa : 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal do RN			
Denominação abreviada : 15ª SRPRF/RN			
Código SIORG : 2821	Código LOA: 000704		Código SIAFI: 200123
Situação: Em pleno funcionamento			
Natureza Jurídica : Órgão da administração direta do Poder Executivo			
Principal Atividade : Segurança e ordem pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato :	(084) 40091550	(084) 4009-1560	(094) 4009-1561
Endereço eletrônico : sup.rn@dprf.gov.br			
Página da Internet : http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal : Avenida Nascimento de Castro, 1540 Lagoa Nova , 59056-450, Natal /RN			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação) ...			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação) ...			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
999999	Texto		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
99999	Texto		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
999999		200123	

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	704	200109

1.2 Estrutura Organizacional da 15ª SPRF/RN



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

1.3 Apresentação

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 57, de 2008, com a Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e a Portaria TCU nº 389/2009 e Portaria TCU 016-2010, que deverá compor o Relatório de Gestão, relativamente ao exercício de 2009.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo, no exercício de 2008. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2009 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2008, os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações. E a DN TCU 100/2009, onde informamos que os itens 4,6,7,8,9,10,11 e 12 da parte A do seu anexo e itens 2,3,4 e 5 da parte B não é aplicável a natureza jurídica da UJ.

Com o presente documento, a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, porém em alguns casos os objetivos traçados no planejamento não puderam ser atingidos em decorrência do bloqueio orçamentário imposto ao órgão, para desenvolver e promover ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais deste estado.

FRANCISCO CHARLES LINDEMBERG MAGALHÃES PIRES

Superintendente Regional 15ª SRPRF/RN

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMAS

2.1. Responsabilidade institucionais -Papel na execução das políticas públicas

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- ✓ realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- ✓ exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- ✓ aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- ✓ realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- ✓ credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- ✓ assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o estado, dada a sua estruturação que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Natal, com 04 sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 08 postos fixos de fiscalização, totalizando, deste modo, uma estrutura com 13 pontos de atendimento em todo o estado do Rio Grande do Norte.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere a Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que o qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que a Polícia vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Policial Rodoviária Federal.

Entretanto, para que o desempenho da Organização acompanhe esses níveis de exigência e gerados pelo aumento e diversificação da demanda, fazem-se necessárias medidas de reestruturação de quadros e ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público, sendo que no ano de 2007 foi autorizada a realização de processo seletivo para preenchimento de 340 vagas, as quais devem ser providas no primeiro semestre de 2010, havendo, entretanto, a necessidade de um quantitativo mais significativo de servidores, com base nos claros relativos aos cargos vagos já existentes, sem contarmos a necessidade ideal pautada em estudos técnicos que remontam a um quantitativo ainda maior de efetivo, aliado à necessidade constante de evolução da capacitação e reciclagem dos servidores em atividade, em decorrência desse plexo de atuação delineado.

Nessa esteira, o Egrégio Tribunal de Contas da União, em auditoria operacional que resultou no Acórdão nº 353/2006-Plenário, corrobora com a necessidade de aumento do quadro de pessoal desta organização, bem assim com a necessidade de investimentos estruturais com vistas a melhor equipar a Polícia Rodoviária.

Em atenção à necessidade de incremento do quadro de pessoal, foi editada a Medida Provisória nº 431, de 14 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, a qual criou 3.000 (três mil) novos cargos de Policial Rodoviário Federal, bem como contemplou como requisito para ingresso na carreira, além dos demais requisitos estabelecidos no edital do concurso, o diploma de curso superior completo, em nível de graduação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação

É de se ressaltar que a mudança do nível de escolaridade exigido resultará em melhoria significativa da qualificação do quadro de pessoal apto para ingresso no Órgão. Não obstante, apenas a criação dos novos cargos não supre as necessidades acima relatadas, de sorte que se faz premente a autorização para a realização de concurso para o provimento dos 3898 cargos vagos,

cujo pedido encontra-se em trâmite no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ademais, torna-se necessária a adequação da estrutura organizacional existente, para atender as freqüentes mudanças na legislação, o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos.

Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade.

O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública. Possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a auto sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2009, a Polícia Rodoviária Federal desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e

repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A PRF, por meio do policiamento ostensivo de ronda , rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo.

Foram realizadas 78 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais,tendo como resultado, a detenção de 782 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 51 armas de fogo., 11127 pacotes de cigarros, 460L de combustível recuperado, 699 equipamentos eletrônicos e informática e 103 veículos recuperados E Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. 4152 m3 de madeira extraída de forma irregular foram apreendidas durante o ano. 1706 pescados.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias.

Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores. Foram encaminhadas 03(três) crianças , apreensão de 63(três) adolescentes em situação de risco.

2.2. Estratégia de atuação na execução das Políticas Públicas

Os principais objetivos definidos para 2009 foram promover a segurança pública nas rodovias federais do Rio Grande do Norte, com a diretriz de aumentando a segurança do trânsito e o objetivo de combater à criminalidade nas Rodovias Federais.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Praticamente todas as ações desenvolvidas na área operacional tem como objetivo último a redução do número de acidentes de trânsito e do número de vítimas , mesmos as ações de combate à criminalidade tem como efeito secundário um impacto na redução de acidentes de trânsito, uma vez que as ações de policiamento ostensivo desenvolvidas ao longo das rodovias , e na maioria destas ações também de trânsito como pano de fundo da ação de combate a criminalidade. Dada a relevância do tema e a importância da questão para a

instituição , no nosso planejamento um dos objetivos fundamentais e “*umentar a segurança do trânsito nas rodovias federais*” , reduzindo o índice de acidente e criminalidade. Optamos assim por um parâmetro mais real do que a simples redução de acidentes , haja vista os diversos fatores que contribuem para a ocorrência dos acidentes de trânsito dos quais poderíamos citar : O crescimento da frota no estado, a incidência maior ou menor de chuvas na região, obras de recuperação das rodovias , melhor poder aquisitivo da população.

Segundo dados do DENATRAN (www.denatran.gov.br) a frota de veículos licenciados no país era de 54,51 milhões no final de 2008 e 59,36 milhões no final de 2009, já segundo os dados do DETRAN/RN(www.detran.rn.gov.br) a frota de veículos licenciados no Rio grande do Norte era de 643.015 veículos em 2008 e 698.724 veículos em 2009, o que representa um aumento de 8,66% ,número equivalente ao aumento da frota nacional.

A partir dos dados coletados , verificamos que a porcentagem de mortes em relação ao total de vítimas diminuiu de 9,18% em 2008 para 7,66% em 2009. Dentre os fatores contribuintes para esta diminuição , podemos citar a continuidade da utilização do radar estático em todas as delegacias desta Regional, principalmente nos locais críticos de ocorrências de acidentes, a intensificação do uso do etilômetro , e tivemos também o aumento de 32% de veículos fiscalizados e quase 40% das autuações CTB que contribuíram para reduzir a vitimização dos acidentes. É importante também registrar um aumento de 31,59% de animais recolhidos que , sem sombra de dúvidas , quando soltos na rodovia ocasionam acidentes.

Preocupada com o número de acidentes que vem sendo registrados nas rodovias federais do Estado do Rio Grande do Norte , bem como com os custos econômicos e sociais deles decorrentes , a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, resolveu evoluir para o Ministério Público Federal- MPF o trabalho realizado pela comissão de estudo e levantamento de trechos críticos da Malhoa viária do Rio Grande do Norte-CELMV/RN, com o objetivo de levantar os pontos críticos e as principais causas de acidentes no nosso estado.

Entretanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, impactam negativamente na obtenção de melhores resultados.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências,melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho. Entretanto a insuficiência de recursos ordinários para atender as várias necessidades de reformas e o contingenciamento das emenda parlamentares impediram maiores avanços nesse aspecto

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho daPRF. Devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição.

Outrossim, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação com computadores de mão (EDAs).

2.3. Programas

2.3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.3.1.2. Principais Ações do Programa

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

8698- Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

2.3.1.3. Gestão das Ações

Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Não há. Ação Centralizada

Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

AÇÃO:200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Serviços Gerais

Resultados: R\$ 323.147,17

A diretriz do DPRF nos últimos anos tem sido priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, aquela que causaria maior impacto na melhoria dos serviços prestados ao cidadão, ou seja, os postos.

O resultado mais significativo desta ação em 2009 foi a contratação para reforma de um imóvel cedido pelo patrimônio da União, o que representa um importante passo na solução eficaz dos problemas de infra-estrutura do imóvel onde funciona a sede desta Unidade. Sendo esta obra, no valor de R\$ 148.538,45.

As principais demandas a que foram destinados os recursos desta ação foi para atender às despesas de construção do posto de fiscalização policial da Polícia Rodoviária Federal, em São José de Mipibu, no Estado do Rio Grande do norte, o DPRF-MJ descentralizou créditos orçamentários, no valor de R\$ 46.000,00 para complemento de emenda parlamentar, totalizando um investimento no valor total de R\$ 195.841,53. Sendo esta a obra de maior vulto.

AÇÃO:8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as

	novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO

Resultados : Não houve resultado nesta ação.

Muito embora a diretriz do DPRF nos últimos anos tem sido priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, ou seja, os postos, pois é aquela que causa maior impacto na melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

Foi realizado um convite para a execução do “as biut” com objetivo de confecção de projetos para a execução de obras e reformas nos imóveis pertencentes a 15ª SPRF/RN. O que não foi concretizado, em virtude de dificuldades da participação de empresas aptas para participarem do certame. Para o exercício de 2010 novo certame será realizado.

ACÃO:1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação	
Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações

Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nutel

Resultados: R\$ 38.948,20

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

Destaca-se, em 2009, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como:

1. Aquisição de 10(dez) estações de trabalho (microcomputadores) e 07(sete) notebooks adquiridos por meio de adesão a registro de preços no valor total de R\$ 33170,00;
2. Aquisição de 33 aparelhos telefônicos IP, 11 adaptadores para telefones analógicos (ATA), 01 placa de comunicação tipo E1, 2 estabilizadores de tensão de 1400 VA e 01 servidor de rede mono-processado adquiridos por meio de adesão a registro de preços no valor total de R\$ 11.318,20 ;
3. Aquisição de 08 no-breaks de 1000 VA e 30 estabilizadores de tensão de 1000 VA adquiridos por meio de adesão a registro de preços no valor total de R\$ 8.310,00;
4. Aquisição de 10 fontes chaveadas, 60 teclados, 30 mouses, 200 conectores RJ45, 10 memórias RAM de 1Gbyte e 16 discos rígidos de 500 Gbytes adquiridos por meio de pregão eletrônico no valor total de R\$ 5.416,73;

Foi firmado um novo contrato de telefonia móvel para esta regional com 15 linhas destinadas aos servidores administrativos com cargos de chefia e 16 linhas destinadas às rondas e postos para maior agilidade nas comunicações.

A sede da 15ª SRPRF recebeu um novo link para comunicação de dados via MPLS por meio do contrato nacional do DPRF com aumento na velocidade de comunicação de 512 KBps para 1 Mbps e mais 4(quatro) postos também foram contemplados com aumento para 128 Kbps.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública , tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

AÇÃO: 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	
Tipo	Projeto

Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Patrimônio
Coordenador nacional da ação	HENRIQUE LIMA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Patrimônio e Material

Resultados:

Dado à responsabilidade institucional de polícia ostensiva, a viatura é o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. O serviço de ronda, executado por meio do patrulhamento ostensivo, é decisivo na prevenção de acidentes e redução da criminalidade, exigindo dos veículos um funcionamento diurno.

Devido a intensa utilização, estes bens apresentam um desgaste acentuado, resultando em uma vida útil aproximada de 4 anos, consideradas as condições de segurança e viabilidade econômica frente aos custos de manutenção. Neste sentido, a proposta adequada é a substituição de 25% das viaturas a cada ano, para que em 4 anos todas as viaturas estejam com o prazo de vida útil respeitado.

AÇÃO:8698- Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e

Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nutel

Resultados:R\$ 273.424,00

Despesas de Serviços de Telecomunicações	R\$ 129.982,25
Despesa de Comunicação de dados	R\$ 143.241,75
TOTAL	R\$ 273.224,00

Devem ser destacadas as seguintes atividades desenvolvidas pelo NUTEL em 2009:

1. Religação da central telefônica da 15ªSRPRF/RN ao servidor VoIP Asterisk. Com a re-conexão entre os dois sistemas, o servidor VoIP passou a receber e gerenciar as chamadas de entrada, o que permitiu a inter-ligação entre os aparelhos VoIP de toda a regional com os ramais da superintendência, melhorando sensivelmente a comunicação entre as unidades e diminuindo os gastos com telefonia. Além disso, foi possível direcionar alguns ramais da superintendência diretamente para os postos no interior, que não possuíam telefone.
2. Desenvolvimento de sistema anti-trote para a Ciop/RN. Após a ligação citada no item anterior, foi possível criar um sistema anti-trote para auxiliar os plantonistas da CIOP na filtragem das ligações,

diminuindo o tempo médio de atendimento das ligações telefônicas e de rádio, e aumentando a qualidade do serviço prestado à sociedade.

3. Operação Barba Azul. Por solicitação do Comando da Operação, foram instalados sistemas irradiantes temporários na 4ª Delegacia – Mossoró durante a execução da operação de forma que as equipes em serviço dispusessem de frequências diferentes para a comunicação com o Comando. Além disso, uma rede de dados temporária foi implantada para a execução da operação com acesso à internet, intranet, telefones voip e impressoras de rede.
4. O parque de informática dos postos de fiscalização foi todo atualizado, com máquinas novas e atuais, a partir de material adquirido durante o ano.
5. Mudança da Sede da 15ªSRPRF. A sede da superintendência mudou-se e foi necessária a relocação de toda a estrutura lógica disponível na antiga sede, a saber, os sistemas de telefonia, rede de dados, internet/intranet.
6. Gerenciamento da rede de dados da 15ª SRPRF. Gerenciamento de contas de usuários, Backup de arquivos, atualização de SO com antivírus, suporte contínuo dos sistemas INFOSEG, SERPRO, BR-BRASIL, etc.
7. Manutenção de informática. Upgrade de microcomputadores, conserto de impressoras e outros periféricos.

2.3.1.4 Desempenho do programa – indicadores

Para o Programa **1386**, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	
% de postos adequados fisicamente	22,00%
% de postos adequados quanto à tecnologia da informação	42,00%
% de postos adequados quanto a viaturas	75,00%

Icaif = (22,00%+42,00%+75,00%)/3= 46,18%	

O indicador informa que 46,18% dos postos da PRF estão adequados fisicamente.

Houve um aumento da melhoria dos postos em relação à 2008, ocasião em que o índice ficou em 31,20%.

Comparativo 2007/2008/209			
exercício	2007	2008	2009
% de postos adequados fisicamente	34,36%	23,08%	22,00%
% de postos adequados quanto à tecnologia da informação	75,00%	28,21%	42,00%
% de postos adequados quanto a viaturas	75,00%	42,31%	75,00%

No exercício 2008 houve uma mudança de metodologia do DPRF no que diz respeito à área de infraestrutura e a meta inicial que era de reformar as unidades foi revista. Os recursos em exercícios anteriores eram pulverizados em pequenas intervenções que resolviam apenas parte dos problemas e, além de não se resultar em unidades de fato adequadas, em um curto intervalo de tempo uma nova intervenção se faria necessária. Foi definido, então, que as regionais deveriam prioritariamente contratar empresas especializadas para a elaboração de projetos executivos de reforma/ampliação de todos os seus postos, de tal forma que todas as demandas existentes fossem contempladas, e ao final da obra, cada posto fique plenamente adequado às atividades nele desenvolvidas. Tais projetos garantiriam, além de informações mais precisas para o planejamento, maior qualidade no acompanhamento e execução das obras. A nova metodologia resultará em obras mais vultosas, todavia, com maior durabilidade e eficácia no atingimento da meta estabelecida que é a adequação plena de todos os postos do DPRF, enfim, em obras de fato compatíveis com a dimensão dos problemas. Assim, a previsão foi de se contratar os projetos em 2008 e executar a maior parte das obras só em 2009. Porém, esta Regional não conseguiu licitar o serviço, em virtude da obra de relocação em andamento do posto localizado em São José de Mipibu e a reforma do prédio sede administrativo, ficando esta melhoria par o exercício de 2009. No entanto nesse exercício, deflagramos o certame mas não foi possível homologar o convite em razão de algumas empresas participantes encontrarem-se inabilitadas, sendo então cancelado e não havendo mais tempo hábil para novo chamamento no exercício. Ficando assim postergado para o ano de 2010, o que levou o índice de postos adequados fisicamente receber avaliação negativa.

Quanto aos fatores que levaram a uma diminuição do sub-índice % de postos adequados quanto à tecnologia. da informação, em relação à 2007, o principal motivo deve-se a mudança na metodologia da pesquisa, pois anteriormente era questionado se todos os postos possuíam rede de dados com acesso à internet. Na pesquisa atual, além desse quesito, foi solicitado informar se a rede era rápida o suficiente para realizar as atividades cotidianas e se era estável, sem oscilações nem quedas. Esses novos parâmetros podem ter influenciado o indicador para baixo. O sistema de radiocomunicação é o item que mais recebeu avaliação negativa, porém, se trata de um sistema que para ser melhorado, necessita de vultosas somas de investimentos.

2.3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

2.3.2.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

2.3.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4641 Publicidade de Utilidade Pública

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

8703- Atividade Correicional

8692-Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

2720- Ações de Carater Sigiloso na Área da Segurança Pública

2.3.2.3. Gestão das Ações

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH

Por ser uma ação em desenvolvimento, ainda desperta dúvidas quanto a natureza dos gastos, sendo necessária uma adaptação em todos os níveis. Embora não tenha acontecido a execução de projeto com uso de recursos oriundos desta ação, muitos servidores foram beneficiados pelo atendimento e por intervenções da SRH/15ª sem custos diretos para a União, em situações de crise de diversas naturezas, inclusive com casos de resgate de dependente químico.

FUNÇÃO TÉCNICA NA PROPOSTA E EXECUÇÃO DAS AÇÕES – 2009

1. Prestar serviços voltados para a atenção aos usuários da Seção de Recursos Humanos (SRH), da 15ª SRPRF (servidores ativos, aposentados/inativos e pensionistas e aos seus familiares), em suas necessidades mais prementes;
2. Intermediar, quando necessário, conflitos nas relações de trabalho – servidor x Chefias imediatas e/ou x colegas de trabalho.
3. Apoiar os serviços de saúde nas ações que busquem a melhoria da qualidade de vida e de trabalho dos servidores ativos.

4. Gerir, em conjunto com a Chefia de Recursos Humanos e serviço de saúde, o Plano GEAP- Saúde cujo convênio está firmado com o Ministério da Justiça mediante processamento de adesões, acompanhamento e controle.
5. Apoiar os gestores do Plano Medial Saúde, contratado pelo DPRF, bem como do Plano Odontológico MAKIODONTO, quando dos seus afastamentos eventuais.
8. Estudar e analisar casos para fins de embasamento de processos de remoção, quando solicitado pela Chefia da SRH.
9. Elaborar Relatórios Técnicos para os fins retro.
10. Realizar Estudos de Casos, quando solicitado, para subsidiar pareceres ou decisões administrativas, estando estes estudos direcionados à servidores em situação-problema ou de conflito pessoal ou de trabalho com interferências no contexto institucional.
11. Elaborar o Diagnóstico Social e Intervir junto à Servidores em situação de risco ou já na área crítica de dependência química;
12. Trabalhar junto a família do servidor, a sua problemática biopsicossocial, seja ela simples, como fragilidade nas relações de trabalho, por exemplo; ou complexas, como dependências químicas, desvios preocupantes de comportamento, de conduta etc. Essa ação se processa em conjunto com o serviço de enfermagem.

ATIVIDADES ESPECIFICADAS E QUANTIFICADAS - 2009

12. Acolhimentos / atendimentos diários: média de **05/dia – 25/mês – 300/ano** .
13. Atendimentos para fins de ingresso e/ou reingresso, GEAP – Saúde: : **08 titulares /ano**. Considerando os primeiros contatos, e os desses resultantes (desdobramentos do atendimento inicial através de providências diversas, ajustadas a cada situação), foram efetuados uma média de **60 intervenções/ano** nesse sentido.
14. Participação em Reuniões Ordinárias e Extraordinárias no Conselho de Representantes do GEAP/RN: **08/ano**.
15. Intermediações telefônicas entre o GEAP e o servidor para resolução de problemas surgidos = média de **03/semana, totalizando 224 procedimentos** dessa natureza no exercício de 2009.
16. Intermediações entre o GEAP e os servidores residentes em Currais Novos e Mossoró: média de **01/semana, somando 48 neste exercício**. Considerando o fato da GEAP não dispor de Unidades ou Núcleos de Atendimento nesses Municípios, a SRH através do seu serviço de Saúde e Assistência Social , desempenha uma função articuladora, facilitadora e até executora nesse contexto.
17. Estudo e análise de casos para fins de embasamento de processos de remoção: 0
18. Elaboração de relatórios técnico para os fins retro : 0
19. Visitas domiciliares para os fins retro: **02**
20. Visitas domiciliares para fins de estudo e/ou apoio à servidor aposentado : 02/ano = **02 servidores**.

21. Visitas domiciliares para ouvidoria, aconselhamento, orientações as famílias de servidores em situação de risco ou de conflito : **03**
22. Acompanhamento hospitalar de servidor aposentado : **01 procedimento**
23. Serviço de ouvidoria e aconselhamento à servidores em situação problema = **08 procedimentos**
24. Participação no Grupo de Trabalho do Sistema Integrado de Saúde do Servidor (SIASS) = **03 Reuniões de Estudos** para Implantação do Sistema no Rio Grande do Norte
25. Articulação/Contatos Telefônicos com Clínicas de Tratamento a Dependentes Químicos = **06 procedimentos.**
26. Acompanhamento de servidores portadores de dependência química e de seus familiares, com intervenções necessárias ao resgate do servidor à sua boa situação de saúde física e psicossocial, com

A Seção de Recursos Humanos através do seu Serviço Social reforça reconhecer que a demanda de situações que podem colocar a estabilidade emocional e psicossocial dos servidores são significativas e importantes e carecem de ações mais efetivas e sistemáticas que possibilitem trabalhar os riscos aos quais estão predispostos por força das características do cargo que assumem. O apoio psicossocial é uma forma de enfrentamento as ocorrências que estão exigindo uma atenção embasada na existência e na qualificação de profissionais em área multidisciplinar.

O Governo Federal ao implantar o SIASS está abrindo perspectivas para priorização do servidor, percebendo-o como o elemento mais importante na execução de suas políticas públicas.

No Estado/RN este Sistema está em fase de implantação e já enfrenta desafios prévios, como aposentadorias de Médicos de diversas especialidades. Enquanto não for efetivada essa ação do Governo é necessário multiplicar esforços para prestar a necessária assistência ao servidor, o que tem sido feito dentro dos limites que são postos.

AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.

Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Nutel

Resultados

Não há resultado nesta ação

AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos

	necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUCAP

Resultados: R\$ 96.564,16

O Programa de Atualização para o Efetivo Policial do quadro do DPRF, tem como objetivo padronizar e atualizar nossos policiais com conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades. O resultado resultou das capacitações com servidores e seus deslocamentos.

Em 2009 foram realizadas (77) setenta e sete ações de treinamento e desenvolvimento tendo a participação de (703) setecentos e três servidores. Em 2008 foram (55)* cinquenta e cinco (número de ações revisado) e (446)* quatrocentos e quarenta e seis (número de servidores revisado), respectivamente – ver quadro 1.0.

AVALIAÇÃO COMPARATIVA

Em termos absolutos houve um incremento de 40,00% ($77/55*100$) - nas ações de Treinamento e Desenvolvimento e de 57,62% ($703/446*100$) de servidores a mais treinados - ver anexo 1.0.

Em termos absolutos, com relação aos recursos disponíveis para a regional - exercício 2009, e descentralizados pela sede em Brasília/DF, houve um incremento de 108,50% (limite disponibilizado = R \$8.427,88 – ver anexo 2 versus valor realizado em 2009 = R\$17.572,33 - anexo 1.1). Em 2008 houve um incremento de 256,58% (limite disponibilizado = R\$8.417,20 – valor realizado em 2008 = R\$30.014,27 – valor revisado).

O NUCAP/15, em 2009, gerenciou ou propôs conjuntamente com a Coordenação de Ensino - COEN, um montante de investimento em valores totais no percentual de 77,9% a mais (2009 = R\$128.321,68 - 2008 = R\$72.132,97* (valor revisado)).

A gerência efetiva do Nucap/RN em 2009 foi de apenas 13,69% (R\$128.321,68 – R\$17.572,33), sobre os recursos investidos. Já em 2008 este percentual ficou na ordem de 41,61% (R\$72.132,97 – R \$30.014,27 * valor revisado). Observando-se portanto uma menor participação ou descentralização na disponibilização dos recursos por parte da administração central para com esta desconcentrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o incremento nas ações de treinamento e desenvolvimento foi um fato a ser destacado, apesar de termos encontrado todas dificuldades na execução das atividades, em especial o baixo efetivo, que recai da dificultada de liberação dos servidores por não ter quem lhe substitua nas atividades diárias, quando estes estão ou deveriam estar trabalhando/prestando serviço a sociedade, fora a ínfima e restrita disponibilidade orçamentária descentralizada. Ver anexo 3 e 4.

AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Descrição	<p>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p> <p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade.</p> <p>Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira

Resultados:

A maior despesa desta ação é a que trata da manutenção de viaturas e também ocupam uma posição de destaque. Esta despesa é essencial para o bom funcionamento da atividade fim da polícia rodoviária federal.

O DPRF tem procurado realizar um amplo programa de substituição de viaturas antieconômicas, através da compra de novas viaturas e realizações de leilões de viaturas inservíveis.

Os principais equipamentos adquiridos em 2009, foram barreiras, que possibilitará a realização de comandos diurnos/noturnos em rodovias, em lugares que não possuem sinalização horizontal, pois trata-se de um sistema de sinalização e segurança, com isto espera-se maior efetividade nas ações de combate à criminalidade nas rodovias.

Das Ações Relacionadas a Promover a Segurança do Trânsito

Do Combate à Embriaguez ao Volante

A 15ª SRPRF/RN já desenvolve a mais de quatro anos um trabalho incisivo de combate à embriaguez ao volante, através de operações específicas de fiscalização do teor de álcool no sangue em condutores suspeitos, especialmente nos dias e horários de maior incidência deste tipo de problema, através dos chamados Comandos de Bafômetro, nome comum do “Etilômetro”, equipamento que mede o teor de álcool no ar alveolar. Estas operações que tinha mais ênfase nos períodos de alta estação como os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, com o advento da lei 11.705 de 19 de junho de 2008, conhecida popularmente como “Lei Seca”, essas ações são realizadas durante todo o ano, independente da estação. Foram desenvolvidas diversas operações com o objetivo de combater especificamente a embriaguez alcoólica, com bons resultados, inclusive com boa repercussão na mídia local.

Com a implantação da Portaria 030/2009-DG/DPRF, a fiscalização com o Etilômetro foi inserida no cotidiano, inclusive, com metas predeterminadas sendo fiscalizados condutores independente de apresentarem sintomas de embriaguez, de modo a reformar a conduta positiva e reprimir a conduta negativa de modo a evitar acidentes e vítimas nas rodovias federais.

No ano de 2009 foram registradas 974 autuações por embriaguez ao volante, sendo que em 2008 foram 836, o que implica um aumento de 16,5%. Foram realizadas 763 prisões por Crimes de Trânsito em 2009 (a maioria do Art. 165 do CTB – Dirigir sob efeito de Álcool). O ano de 2008 teve 312 prisões pelo mesmo motivo, o que implica o aumento de cerca de 145% e foram realizados 26.288 testes de etilômetro, mais de 800% de aumento em relação ao ano de 2008, sendo que em 2008 não havia registros desses testes em Planilhas de Procedimentos de Fiscalização..

Das Ações de Fiscalização de Trânsito e do Policiamento Ostensivo

Como já citado anteriormente, o aumento do número de imagens geradas por radar estático, que em 2008 foi de **24.549** imagens de veículos que ultrapassaram o limite de velocidade da via, enquanto que em 2009 foram registradas **29.405**, ou seja, um aumento de 17,6% em relação a 2008 mesmo com o equipamento

inoperante nos meses de Junho, Julho, Outubro e Novembro. Resultado este que influenciou sem sombra de dúvida para o melhor controle da velocidade, e conseqüentemente, o número de acidentes e sua gravidade.

Fazendo uma análise dos indicadores, observa-se que as ações de treinamento do efetivo citado no início deste relatório, quando trata do direcionamento das ações, contribuiu diretamente para a melhoria dos resultados, principalmente concernente às fiscalizações específicas. Outro fato a observar, foi o aumento do número de autuações do CTB, principalmente as de embriaguez ao volante e as infrações de excesso de velocidade. Apesar das ações de treinamento em geral, demandar um certo tempo, e compromete em parte a atividade operacional, ela traz motivação com resultados imediatos consideráveis.

Junto às ações de fiscalização também trabalhamos na educação para o trânsito, através de palestras dirigidas ao público em geral, sejam estudantes da rede pública e privada, sejam motoristas profissionais de empresas, como a PETROBRAS S/A, a Coca Cola S/A e a AMBEV, além da participação em eventos relacionados à promoção da segurança do trânsito, atingindo um público de 4.672 pessoas, cerca de 30% a mais do que no ano de 2008.

Esse trabalho resultou numa maior aproximação da instituição dos cidadãos e uma maior compreensão por parte destes acerca da importância do trabalho desenvolvido pela PRF para a segurança pública, trazendo-os a colaborar com este trabalho, conscientizando-os de seus direitos e obrigações como membros da coletividade, num verdadeiro exercício de cidadania.

Foram realizados 04(três) comandos médicos, atendendo a aproximadamente 200 (duzentos) motoristas profissionais. Os mesmos receberam orientações importantes sobre as condições de saúde, trata-se de um trabalho preventivo que tem como objetivo principal evitar acidentes nas rodovias.

Das Operações de Reforço de Policiamento

No ano de 2009 foram realizadas várias operações que objetivou o reforço de policiamento visando o atendimento das demandas locais das Delegacias da regional, como os carnavais fora de época, eventos esportivos, as festas populares, além das operações do calendário nacional e outros eventos menores que se realizam em todo o estado.

Estes eventos produzem reflexos no trânsito das rodovias federais, demandando um reforço nas escalas de serviço, cujo efetivo é insuficiente para atender sequer o patrulhamento ostensivo do dia-a-dia, e o reforço trás uma melhor percepção de segurança por parte dos usuários da via.

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUINT

Resultados: R\$ 15.682,19

Durante o ano de 2009 o Núcleo de Inteligência da 15ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal (NUINT/15 – 15ª.SRPRF) desenvolveu diversas atividades orientadas à produção e proteção de conhecimentos, como também operações de Inteligência, de forma a proporcionar ao Superintendente Regional o acompanhamento constante de assuntos estratégicos de interesse da 15ª.SRPRF.

As atividades de inteligência foram desenvolvidas de forma a atender as demandas de curto e longo prazo, além das ações de rotina do Núcleo e das diretrizes definidas no planejamento anterior.

Além das atividades rotineiras do núcleo (averiguações de denúncias, pesquisas, atendimento às solicitações diversas do Superintendente e as atividades de suporte administrativo em geral, participação em reuniões da Comunidade de Inteligência local, etc.), o NUINT também mantém um acompanhamento constante de assuntos de interesse da Polícia Rodovia Federal no Estado a partir dos quais desenvolve operações de inteligência para ações de curto e médio prazo.

Durante todo o ano de 2009 o NUINT/15 concentrou grande parte de seus esforços no acompanhamento e monitoramento de quadrilhas de assalto a roubo de cargas, que vinham agindo no interior dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Também foram desenvolvidos trabalhos de levantamentos sobre movimentos sociais, comercio ilegal de DVD e CDs piratas, acompanhamentos de quadrilhas de tráfico de drogas e atendimento aos

diversos Pedidos de Informações encaminhados pela COINT e por outros órgãos de Inteligência.

Também atuou em parceria com outros órgãos de segurança pública do Estado, como Polícia Federal, Polícia Civil, Secretaria de Segurança e Defesa Social e GAERCO/MP, em ações de combate a drogas.

Durante o ano de 2009 o NUINT/15 desenvolveu atividades orientadas à produção de conhecimentos e a execução de operações que proporcionaram ao Superintendente Regional o acompanhamento constante de assuntos estratégicos de interesse da 15ª.SRPRF.

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos.Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CAMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH
Resultados:	

Os comandos de saúde consistem na abordagem a motoristas profissionais , principalmente caminhoneiros, no intuito de lhes proporcionar exames simplificados que podem trazer à tona agravos de saúde importantes e até então desconhecidos do condutor , como hipertensão arterial , diabetes e obesidade. Cada comando é composto de estações nas quais o condutor é submetido à entrevista inicial, exames bioquímicos de sangue para aferição das taxas de glicose , triglicerídeos e colesterol , pesagem , medições antropométricas , testes oftalmológicos , audiométricos e de capacidade motora com uso do equipamento Raizamed. No ano de 2009, os Comandos de Saúde nas Rodovias conseguiram ser realizados com maior uniformidade, num total de 04 (quatro), com atendimento a aproximadamente 200 (duzentos) motoristas. profissionais. Os mesmos receberam orientações importantes sobre as condições de saúde, trata-se de um trabalho preventivo que tem como objetivo principal evitar acidentes nas rodovias. Em parceria com o SEST/SENAT, com a Secretaria de Saúde , bem como com o Governo do Estado. Além de entidades como Universidades e Marinha do Brasil.

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para estas férias im. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NOE

As atividades relativas a ação, tem por natureza atividades reativas, emergenciais e de pronto emprego, podendo causar discrepâncias entre os campos previsões e realizados. Outra característica da ação é a interação operacional da PRF com outros órgãos, sendo que em determinadas ações as despesas decorrentes da participação da PRF são custeadas pelos órgãos que coordenam ou solicitam os trabalhos (ex: IBAMA, FUNAI, MTE/DRT, etc.).

OPERAÇÕES DE DESTAQUE

A Polícia Rodoviária Federal vem direcionando sua atuação também para o combate à criminalidade, através das operações especiais desenvolvidas pelo Núcleo de Operações Especiais da SPF, em conjunto com as Delegacias da regional. Com o vigor da Portaria 030/2009-DG/DPRF e da Legislação, principalmente o MPO 006/2009, houve um redirecionamento a partir de Julho/09 para o combate aos Crimes de Trânsito (Embriaguez ao volante), com o registro de 763 prisões.

Durante o exercício de 2009 e tendo em vista o aumento do tráfico de drogas e as conseqüências negativas que este traz para a sociedade, houve uma intensificação no combate ao tráfico de entorpecentes e drogas afins em nosso Estado, principalmente através do Núcleo de Operações Especiais.

Foram encaminhados aos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul alguns policiais para visualizarem e operarem na fronteira do Brasil com a Bolívia no combate ao tráfico de drogas, durante operações temáticas de Combate ao Narcotráfico, denominadas OTENARCO e desenvolvidas pela Divisão de Combate ao Crime, nos dois últimos anos.

O objetivo foi replicar na 15ª Superintendência Regional o modelo visto naquela oportunidade, já que contamos com um instrutor do assunto e alguns bons policiais com experiência na área.

Durante essas ações foi possível capacitar mais de trinta policiais rodoviários federais e 07(sete) policiais militares do BOPE e CPRE, e realizar várias apreensões de drogas, cerca de 45kg de pasta de base de coca e derivados e aproximadamente 10kg de maconha, além de identificar algumas rotas, o "modus operandi" dos "mulas" e principalmente o perfil do traficante.

Durante o exercício de 2009, foi intensificado a fiscalização no combate aos Crimes ao Meio Ambiente, onde verificamos um aumento 1.500% na quantidade de carvão apreendido (32 m3), um aumento de 657,66% de madeira apreendida e 1.706 kg de pescado apreendido.

Além de todas essas ações foram realizadas 13 escoltas a várias autoridades, dentre elas destacamos o Presidente da República, a Ministra Chefe da Casa Civil, a Comitativa da FIFA e CBF, entre outras.

Levando-se em conta a participação dos servidores das Delegacias/15 e do NOE/15 em Operações de outras regionais como: Asa Delta, Gralha Azul/PR, Macambira/PE, Temática de Transporte da DFT, Fórum Social Mundial, Viagem Legal XIII, XIV e XV, Oternarco/MS, Gladiador/AL, Golfo Pérsico/AL, Aratuba/CE, Sangria/PB e Visita do Presidente na PB, além de alguns servidores para trabalhar no projeto UNACI em

Curitiba-PR, dificultando a execução do policiamento ostensivo conforme o planejamento regional, e, conseqüentemente, o cumprimento do Cartão Programa. Houve, também, algumas operações de apoio a outros órgãos como: Op. Portal/RO (em parceria com o IBAMA e PF), Op. Erradicação do Trabalho Escravo/MA e Op. Combate a Pesca predatória da Lagosta/RN. Ainda houve algumas Operações integradas como exemplo, a Operação Barba Azul na circunscrição da 4ª delegacia realizada pela PRF e parceria com o MPE e Receita Federal, com 50 pessoas detidas e apreensão de quase 140mil capas de cds e mais de 100mil mídias piratas, e o aumento de vários índices, acima apresentados no resumo dos resultados, conseguimos combater o crime com uma ênfase maior que no exercício anterior.

- **Das Operações Realizadas e Resultados**

Como já mencionado anteriormente, considerando o número insuficiente de policiais disponíveis, esta regional optou por desenvolver operações especiais de curta duração em várias localizações diferentes de modo a aumentar sua presença em todos os trechos de rodovia federal do estado, buscando aumentar a percepção de segurança dos usuários destas rodovias.

Esta movimentação de policiais e viaturas visa ainda gerar uma sensação oposta nos criminosos que utilizam as rodovias, ou seja, uma sensação de segurança, de incerteza da presença da polícia, visto que esta presença tem se verificado de forma inopinada e constante, mesmo que numa frequência abaixo do desejado e necessário.

Durante estas operações na região do alto-oeste, do seridó e no vale do Açú, nas divisas do estado do RN com o Ceará e a Paraíba, bem como, nos serviços de rotina do NOE e das Delegacias, logrou-se bons resultados, principalmente, no combate ao crime, com um aumento em relação ao ano de 2008 de 56,52% de pessoas detidas, 753% de cocaína apreendida, 15% de combustível recuperado.

Destacamos, ainda foram intensificadas fiscalizações na circunscrição da 4ª delegacia, tendo uma influência direta e eficiente no combate aos assaltos a ônibus que ocorriam na BR-304, já que não houve registro de assaltos a ônibus nesta região no ano de 2009.

Combate a Exploração Sexual Infanto-juvenil

A Polícia Rodoviária Federal combateu intensamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias.

Foi realizada a **Operação Mapear**, ocasião que foram levantados os pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil nas rodovias e estradas federais, conforme *diretrizes nacionais estabelecidas na Ordem de Serviço Nº 037/2009-CGO/DPRF*, emanadas da Coordenação Geral de Operações do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF/MJ, considerando-se a necessidade de *construir e manter uma base de dados* que, inicialmente, contivesse as informações básicas necessárias para orientar as ações preventivas e repressivas a nível nacional e, no âmbito Regional, que proporcionasse subsídios às Superintendências de

Polícia Rodoviária Federal instaladas nas Unidades da Federação, inclusive, aos demais Órgãos responsáveis pela execução ou envolvidos com política pública de enfrentamento/combate aos crimes conexos ao assunto em tela.

Vale destacar que a Polícia Rodoviária Federal foi convocada para participar do esforço do poder público diretamente interessado no combate à criminalidade como um todo, porém, no que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias federais esta 15ª Superintendência Regional/RN desenvolveu ações de enfrentamento realizadas em parceria com os Órgãos Públicos, Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.

Durante o ano de 2009 foram encaminhados 11 crianças / adolescentes que haviam sido explorados sexualmente ou estavam em situação de risco.

Dos Esforços:

É importante registrar que no ano de 2008 o caráter preventivo aplicado quando das **notificações de proprietários ou responsáveis pelos Pontos** abordados/levantados, as quais tiveram conseqüências efetivas em face da comunicação formalizada junto ao Ministério Público sobre a pesquisa de campo, bem como a comunicação enviada aos responsáveis pelos pontos, informando inclusive do crime que os mesmos incorriam previsto nos termos do artigo 244-A, parágrafos 1º e 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mesmo que a redução tenha sido pequena observamos que esta ação (**mapeamento com abordagens**) foi metodologicamente importante para conhecimento da realidade examinada, inclusive, resultou numa redução da ordem 4,3% dos pontos vulneráveis, fato constatado quando confrontamos os seguintes dados:

- **Em 2008** foram mapeados **115 pontos**;
- **Em 2009**, utilizando o mesmo critério do ano anterior, foram identificados **110 pontos**.

● **Termos e Boletins Circunstanciados de ocorrência – TCO e BOC**

Dando continuidade ao termo de cooperação Técnica firmado entre a 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público Federal, a 15ª Superintendência Regional confeccionou durante o ano de 2009, 90 (noventa) TCO's superiores em 21,6% ao ano anterior, no qual foram confeccionados 74(setenta e quatro) TCO's. Ver tabela dos resultados no anexo 4

Praticamente todas as ações desenvolvidas na área operacional tem como objetivo último a redução do número de acidentes de trânsito e do número de vítimas, mesmo as ações de combate a criminalidade tem como efeito secundário um impacto na redução de acidentes de trânsito, uma vez que são ações de policiamento ostensivo desenvolvidas ao longo da rodovia, e na maioria destas ações também realizamos a fiscalização de trânsito como pano de fundo da ação de combate a criminalidade. Ocorre ainda que a imagem da PRF está intimamente ligada à de uma polícia especializada de trânsito, mesmo que que atue constantemente no combate a criminalidade.

Dada a relevância do tema e a importância da questão para a instituição, no nosso Planejamento Operacional 2009, como já mencionado acima, tomamos como um dos dois objetivos fundamentais “*Aumentar a segurança do trânsito nas rodovias federais*”, reduzindo o índice de acidentes e criminalidade.

Como se pode observar optamos por adotar um parâmetro mais real do que a simples redução do número de acidentes, haja vista os diversos fatores que contribuem para a ocorrência dos acidentes de trânsito, dos quais poderíamos citar: o crescimento da frota no estado, a incidência maior ou menor de chuvas na região, obras de recuperação nas rodovias, melhor poder aquisitivo da população.

Segundo dados do DENATRAN (www.denatran.gov.br) a frota de veículos licenciados no país era de 54,51 milhões no final de 2008 e 59,36 milhões no final de 2009, já segundo os dados do DETRAN/RN (www.detran.rn.gov.br) a frota de veículos licenciados no Rio Grande do Norte era de 643.015 veículos em 2008 e 698.724 veículos em 2009, o que representa um aumento de 8,66%, número equivalente ao aumento da frota nacional.

A partir dos dados coletados, verificamos que a percentagem de mortes em relação ao total de vítimas diminuiu de **9,18%** em 2008 para **7,66%** em 2009. Dentre os fatores contribuintes para esta diminuição, podemos citar a continuidade da utilização do radar estático em todas as delegacias desta regional, principalmente nos locais críticos de ocorrências de acidentes, a intensificação do uso do etilômetro, e tivemos também o aumento de 32 % de veículos fiscalizados e quase 40% das autuações CTB que contribuíram para reduzir a vitimização dos acidentes. É importante também registrar um aumento de 31,59% de animais recolhidos que, sem sombra de dúvida, quando soltos na rodovia ocasionam acidentes.

Preocupada com o número de acidentes que vêm sendo registrados nas rodovias federais do estado do Rio Grande do Norte, bem como com os custos econômicos e sociais deles decorrentes, a 15ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal resolveu evoluir para o Ministério Público Federal - MPF o trabalho realizado pela **Comissão de Estudo e Levantamento de Trechos Críticos da Malha Viária** do Rio Grande do Norte – CELMV/RN, com o objetivo de levantar os pontos críticos e as principais causas de ocorrência de acidentes no nosso estado. Salientando que o MPF poderá acionar o DNIT, de modo que, intervenções sejam feitas nas vias onde os problemas foram detectados, e assim possa trazer uma melhor segurança aos usuários.

ACÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento	Assessoria de Comunicação Social

ou execução	
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Resultados R: 3.036,00

As principais ações realizadas em 2009 foram:

Comando de Saúde nas rodovias federais, num total de 04 (quatro) atendendo aproximadamente 200 (duzentos) motoristas profissionais- teve publicidade viabilizada por parceiros - SEST/SENAT e Ministério da Saúde;

ACÃO:86A1 Processamento,Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANS. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	Jerry Adriane Dias Rodrigues

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NMP
---	-----

Resultados

A atividade de fiscalização de trânsito resulta, por vezes, na autuação do usuário das rodovias federais que esteja inobservando disposição do Código de Trânsito Brasileiro, o que desencadeia uma série de procedimentos com vistas a garantir o exercício do direito à defesa e a legalidade da imposição de penalidade ao infrator. Nessa linha, a efetividade da sanção ao infrator consolida o duplo efeito almejado pelo legislador: o caráter punitivo e educativo. É sabido que a sensação de impunidade estimula a inobservância das regras de trânsito, motivo pelo qual a presente ação merece especial atenção.

O Núcleo de Multas e Penalidades –NMP, desenvolveu no exercício de 2009 ano as seguintes atividades de rotinas , como:

A digitação de de autos do CTB realizada pelo Núcleo diminuiu com o advento do supervisor de Digitação nas delegacias e a obrigatoriedade da digitação dos autos pelo PRF além da implantação dos Sistemas móveis (palm) ; Digitação e cadastramento de 350 autos da ANTT.; Cadastramento no sistema de condutores infratores; Digitalização de autos do CTB; Atendimento ao público; Cadastramento de processos 1.795 na CADA e JARI; Cadastro, liberação e desbloqueio de senhas no SERPRO para os PRFs da regional; Suporte às delegacias via e-mail, skype, telefone e presencial; Aplicação do julgamento de 1.755 processos da CADA/15ª SRPRF ; Instrução sobre confecção de autos da ANTT; Referendamento de autos de radar; Homologação de Autos da regional; Análise de pedidos de transferência de responsabilidade.

ACÇÃO:2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	COINT
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUINT

Resultados

Não há resultado nesta ação. A ação não foi executada em virtude da não inclusão, até a presente data, da PRF no Decreto que regulamenta a matéria. A não inclusão, tem causado dificuldades para as operações de Inteligência do DPRF.

ACÇÃO: 8692- Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUCAP

Resultados

Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

Ao todo foram realizadas 50 (cinquenta) ações direcionadas à Educação para o Trânsito na Regional, dentre as quais eventos entre palestras, comandos educativos e exposições. Tais eventos ocorreram em escolas públicas e particulares , empresas privadas e comunidades lindeiras às rodovias , e atingiu um público de 5.398 pessoas.

AÇÃO: 8703- Atividade Correicional

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Corregedoria Regional

Resultados

O produto da ação, "processos concluídos", não é o mais adequado, porque, em torno do dado, não é possível demonstrar o resultado de ações preventivas e repressivas (palestras operações correicionais). Assim, somente foram contabilizados as denúncias apuradas e encerradas.

2.3.2.4. Desempenho do programa – indicadores

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade).

Dados da Frota Nacional de 2008 e 2009 (tomando como base o mês de Dezembro) disponibilizados no sítio do DENATRAN (www.denatran.gov.br), considerando-se estes números, e ainda o total de acidentes em 2008 e 2009, podemos determinar que a taxa de acidentes por número de veículos variou de 52,43 acidentes por milhão de veículos em 2008 para 55,81 acidentes por milhão de veículos em 2009, o que representa um aumento de 6,45%, que está abaixo da meta estabelecida no Planejamento Operacional 2009, que buscava uma redução nesta taxa de 3%. A meta estabelecida para a 15ª SRPRF – RN, segundo o Anexo B da Portaria 030/2009-DG/DPRF, no ano de 2009 era de 54,325 acidentes por milhão de veículos, o que demonstra que a 15ª SRPRF atingiu em 97,34% o índice determinado.

O Índice de Mortalidade vem tendo uma redução bem acentuada nos últimos anos e a redução de 10,45% de 2008 para 2009 demonstra a diminuição da gravidade dos acidentes nas rodovias federais do RN. A 15ª SRPRF – RN cumpriu em 119,9% a meta estabelecida no Anexo C da Portaria 030/2009-DG/DPRF que era de 2,83 mortes por milhão de veículos e atingimos o índice de 2,36. Já o Índice de Feridos em Acidentes de Trânsito tivemos um aumento de 2008 para 2009 de 11,05%. conforme tabela abaixo.

INDICE DE ACIDENTES	2008	2009
Total de Acidentes	2.858	3.313
Frota Nacional (Em milhoes)	54,51	59,36
Acidentes/1.000.000 veículos	52,43	55,81
Variação do Índice	-	6,45%
Mortos	141	140
Mortos/1.000.000 veículos	2,59	2,36
Variação do Índice	-	-8,82%
Feridos	1.395	1.687
Feridos/1.000.000 veículos	25,59	28,42
Variação do Índice	-	11,05%

2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

2.3.3.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

2.3.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2003 Ações de Informática

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2.3.3.3. Gestão das Ações

Ação 2000 Administração da Unidade

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da

	<p>União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto

Resultados

A maior parte dos recursos desta ação é para pagamento dos contratos de terceirização de mão de obra, que contou com o valor de R\$ 548.518,66 (Quinhentos e quarenta e oito mil quinhentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos) para as outras despesas nesta ação o valor mais expressivo foi a aquisição de uma viatura administrativa para uso na gestão de materiais para uso de toda a Regional. .

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, , manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis , licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

Também são adquiridos na citada ação os seguintes materiais permanentes: móveis, aparelhos e utensílios domésticos, veículos administrativos, peças não incorporáveis a imóveis, máquinas e equipamentos energéticos. No exercício, esses investimentos totalizaram R\$ 168.995,33.

A presente Atividade não possui meta física, mas seu Coordenador pretende criar indicadores que mensurem a adequação das Unidades Gestoras à logística necessária para o desempenho dos serviços administrativos, considerando as deficiências estruturais e de pessoal.

A Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, aumento do efetivo, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do Órgão.

Ação 2003 Ação de informática

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.
Descrição	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DITEL/CGPLAM
Coordenador nacional da ação	EDNILSOM BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	NUTEL

Resultados: 13.276,73

1.Foram adquiridos os seguintes materiais de informática no ano de 2009:

- 1.Aquisição de 10(dez) estações de trabalho (microcomputadores) e 07(sete) notebooks adquiridos por meio de adesão a registro de preços no valor total de R\$ 33170,00;
- 2.Aquisição de 33 aparelhos telefônicos IP, 11 adaptadores para telefones analógicos (ATA), 01 placa de comunicação tipo E1, 2 estabilizadores de tensão de 1400 VA e 01 servidor de rede mono-processado adquiridos por meio de adesão a registro de preços no valor total de R\$ 11.318,20 ;
- 3.Aquisição de 08 no-breaks de 1000 VA e 30 estabilizadores de tensão de 1000 VA adquiridos por meio de adesão a registro de preços no valor total de R\$ 8.310,00;

4. Aquisição de 10 fontes chaveadas, 60 teclados, 30 mouses, 200 conectores RJ45, 10 memórias RAM de 1Gbyte e 16 discos rígidos de 500 Gbytes adquiridos por meio de pregão eletrônico no valor total de R\$ 5.416,73;

Foi firmado um novo contrato de telefonia móvel para esta regional com 15 linhas destinadas aos servidores administrativos com cargos de chefia e 16 linhas destinadas às rondas e postos para maior agilidade nas comunicações.

5. A sede da 15ª SRPRF recebeu um novo link para comunicação de dados via MPLS por meio do contrato nacional do DPRF com aumento na velocidade de comunicação de 512 KBps para 1 Mbps e mais 4 (quatro) postos também foram contemplados com aumento para 128 Kbps.

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	SRH

Resultados

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

1) No mês de janeiro, foi realizada a campanha de vacina. Trinta e um (31) servidores tiveram seus cartões de vacinas atualizados, conforme demonstrativo abaixo:

Vacinas	Nº de Vacinas Administradas
Difteria	31
Hepatite "B"	25
Tétano	31
Febre Amarela	19
Total	106

Número de Cartão de Vacinação de Adulto, para acompanhamento e controle do Serviço de Enfermagem = 148 correspondendo a mais de 50% do total de 224 servidores, entre policiais e administrativos, estes últimos totalizando 16 servidores.

02) Verificação mensal da Pressão Arterial dos servidores, acompanhamento e orientações para busca de ajuda médica, quando for o caso.

Média Mensal de Controle da Pressão Arterial: 86 – Média Anual: 1.032

03) Exames para Verificação de Níveis/Taxas de Colesterol, Glicose e Triglicérides :

05 Procedimentos

04) Trabalho Preventivo de DST/HIV, com orientação, distribuição de Panfletos e Preservativos entre os servidores e seus familiares, e também com o Pessoal Terceirizado:

Materiais Distribuídos: 250 panfletos e 1.500 preservativos

05) Aplicação de Questionário/Teste Simplificado para Identificação de níveis de estresse, com uma amostragem de 73 pessoas, sendo: 55 do quadro efetivo da 15ª SRPRF/RN (Policiais e Administrativos) e 18 Terceirizados . Trinta e quatro pessoas se situaram, na escala trabalhada, como estressados. Logo, mais de 50% , pelas respostas ao questionário, estão bem.

06) Acompanhamento e orientações a servidores em tratamento de dependências químicas.

07) Organização e distribuição para o NOE e Delegacias de Kits com materiais e equipamentos de Primeiros Socorros enviados pelo DPRF, seguidos de orientações técnicas e preventivas, básicas, sobre o uso desses materiais e dos cuidados com os kits.

08) Trabalho de Mobilização de Servidores para Doação de Sangue:

Em 2009 foram feitas 34 doações. Somente 07 servidores são doadores assíduos. Os demais são eventuais; apenas doam sangue quando são solicitados.

09) Orientação técnica, educativa e social aos servidores que apresentam maior incidência de Licenças Médicas

II - AÇÕES CURATIVAS (Ação Complementar):

Procedimentos Básicos de Enfermagem	Nº de Procedimentos
Curativos	39
Massagens	160
Aplicação de Compressas (frias e quentes)	32
Verificação de Temperatura Térmica	6
Bandagem	2
Administração de Medicamentos*	84

- O SINPRF colabora com a doação de Medicamentos para Farmácia de Emergência, sob a orientação da Enfermeira.

Visitas de Apoio aos Servidores e/ou aos seus Familiares Acometidos Por Problemas de saúde ou de Ordem Social:

Tipo de Visita	Número
Visitas Hospitalares	17
Visitas Domiciliares	15
Visitas a Velórios	2

- ✓ Acompanhamento de servidores portadores de dependência química e de seus familiares, com intervenções necessárias ao resgate do servidor à sua boa situação de saúde física e psicossocial, com 01 servidor efetivamente resgatado em 2009.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados Tipo

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.3.2.4. Desempenho do programa 0750 – indicadores

Não há indicador para este programam

2.4 – Desempenho Operacional

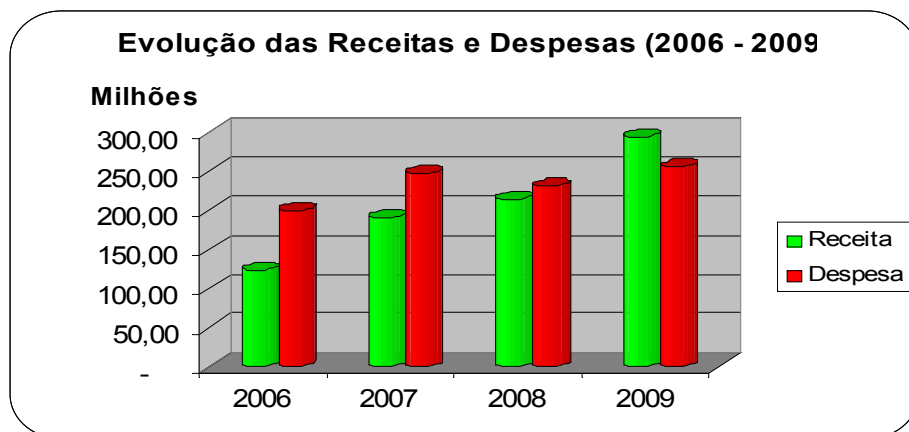
2.4.1. Evolução dos gastos gerais

Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	30107	200109

O valor da despesa informado refere-se aos grupos 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimento e 5 – Inversão Financeira.

	2006	2007	2008	2009
Receita	123.159.459	190.625.425	214.209.541	294.271.140
Despesa	200.204.680	246.986.075	231.052.729	256.020.849



2.4.2. Restrições orçamentárias e elaboração da proposta

A restrição orçamentária a qual está submetido o Órgão, compromete a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento de suas atribuições institucionais, impedindo sua manutenção satisfatória e a realização de investimentos, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de equipamentos e a construção de novos pontos de atendimento.

Quanto à força de trabalho, outra adversidade enfrentada pelo DPRF é a falta de servidores da carreira de apoio administrativo, o que aumenta consideravelmente a despesa com locação de mão-de-obra, além de comprometer sobremaneira o funcionamento da área meio. Foram aplicados, durante o exercício de 2009, R\$ 548.518,86 nesse tipo de despesa, incluindo os contratos de vigilância e serviços auxiliares (terceirização).

Portanto, é premente a necessidade de revisão dos limites orçamentários transferidos ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal bem como a autorização de concursos para a carreira de apoio administrativo.

2.4.2.1 Programação das Despesas Correntes (UO)

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LO A	Dotação proposta pela UO	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	340.817.518	288.700.814	
	PLOA	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	193.446.850	
	LOA	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	185.102.742	
CR ÉDI TOS	Suplementares	59.923.996	9.900.000	0	0	18.849.554	58.183.993	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	10.000
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	4.658.811	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	-2.082.500	-6.385.000	
Outras Operações	0	0	0	0	0	0		
Total		59.923.996	9.900.000	0	0	21.425.865	51.808.993	

2.4.3 Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LO A	Dotação proposta pela UO	126.055.794	109.779.370	0	0	0	0	
	PLOA	31.008.548	26.633.400	0	0	0	0	
	LOA	55.560.388	48.483.400	0	0	0	0	
CR ÉDI TO S	Suplementares	16.811.828	34.485.000	0	0	0	0	
	Especiais	Abertos	0	0	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	230.754	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-20.100.368	-25.501.000	0	0	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		-3.057.786	8.984.000	0	5.501.000	0	0	

2.4.4 Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LO A	Dotação proposta pela UO	2005410891	2.247.866.547	126.055.794	109.779.370	0	0	
	PLOA	1.853.637.825	2.152.612.583	31.008.548	26.633.400	0	28.601.553	
	LOA	1.853.637.825	2.144.268.475	55.560.388	48.483.400	0	28.601.553	
CR ÉDI TO S	Suplementares	78.773.550	68.083.993	16.811.828	34.485.000	0	0	
	Especiais	Abertos	0	10.000	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
Reabertos		4.658.811	0	230.754	0	0	0	
Créditos Cancelados		-2.082.500	-6.385.000	-20.100.368	-25.501.000	0	0	
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		81.349.861	61.708.993	-3.057.786	14.485.000	0	0	

2.4.5 – Análise Crítica da Programação Orçamentária Original e Adicional

2.4.5.1 – Programação Orçamentária Original

A atual estrutura do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é constituída pela Administração Central, 21 Superintendências, 5 Distritos Regionais, 151 Delegacias e 416 unidades de atendimento ao cidadão, distribuídas ao longo de aproximadamente 66.000 km de rodovias federais¹.

Após levantamento junto às Regionais, realizado pelos Coordenadores de Ação, e consolidação das demandas pela Unidade Orçamentária, a dotação proposta pelo Órgão para cobrir despesas de custeio e investimento alcançou o total de R\$ 398.142.966 (trezentos e noventa e oito milhões, cento e quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e seis Reais).

Apesar do DPRF/MJ ter executado em 2008 o total de R\$ R\$ 225.464.506 (duzentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e seis reais), o Ministério da Justiça-MJ disponibilizou para a elaboração da proposta orçamentária a mesma dotação inicial de 2008: **R\$ 220.000.000** (duzentos e vinte milhões de reais), valor muito inferior à dotação necessária ao atendimento satisfatório das reais demandas.

Por outro lado, é inevitável a expansão dos gastos, decorrente principalmente da repactuação dos contratos continuados, do reajuste dos preços dos serviços públicos e insumos, da necessidade de manutenção das unidades de atendimento ao cidadão, da ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, do aumento da frota que circula em rodovias federais e do aumento da malha rodoviária com a retomada de trechos estadualizados, por decisão judicial, a exemplo do que ocorreu no Estado do PR.

Tal restrição orçamentária compromete a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das atribuições institucionais, impedindo sua manutenção satisfatória e a realização dos investimentos tão necessários à modernização e aparelhamento do Órgão, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de equipamentos de TI, mobiliário para as bases operacionais, equipamentos e materiais aplicados na atividade fim.

Devido à falta de servidores da carreira de apoio administrativo, a despesa com terceirização, incluindo estagiários, é a maior despesa, sendo executado em 2009 cerca de R\$ 33 milhões. A maior parte da dotação disponibilizada pelo MJ é destinada às despesas de garantia de funcionamento: manutenção de aeronave, abastecimento da frota, comunicação de dados (frame relay, MPLS), telefonia, abastecimento e manutenção da frota veicular, sendo premente a necessidade de ampliação do valor definido para elaboração da Proposta Orçamentária.

No Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária teve acréscimo de R\$ 21.850.000, decorrente das seguintes Emendas:

- 1 - R\$ 200.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0056 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Estado do Mato Grosso;
- 2 - R\$ 150.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0060 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Estado de Santa Catarina;
- 3 - R\$ 200.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0062 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Município de Vitória - ES;
- 4 - R\$ 1.000.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.200G.0064 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Município de Sete Lagoas – MG;
- 5 - R\$ 20.000.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.8623.0001 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – Nacional;
- 6 - R\$ 300.000 no Programa de Trabalho 06.181.1386.8623.0056 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – No Município de Manaus - AM;

Também houve os seguintes cortes orçamentários no aludido Projeto de Lei:

- 1 - R\$ 115.239 no Programa de Trabalho 06.303.0663.2C78.0001 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- 2 - R\$ 2.576.434 no Programa de Trabalho 06.128.0663.2524.0001 – Capacitação dos Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

- 3 - R\$ 410.000 no Programa de Trabalho 06.183.0663.2816.0001 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal;
- 4 - R\$ 100.000 no Programa de Trabalho 06.181.0663.4290.0001 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais;
- 5 - R\$ 288.098 no Programa de Trabalho 06.131.0663.4641.0001 – Publicidade de Utilidade Pública;
- 6 - R\$ 163.731 no Programa de Trabalho 06.452.0663.8692.0001 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais;
- 7 - R\$ 300.000 no Programa de Trabalho 06.181.0663.8703.0001 – Atividade Correicional

Com as alterações acima, o orçamento do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, consignado na Lei Orçamentária Anual de 2009, foi de R\$ 233.586.142 (duzentos e trinta e três milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, cento e quarenta e dois reais), sendo R\$ 185.102.742 para ODC – Outras Despesas Correntes (custeio e benefícios) e R\$ 48.483.400 para Investimento.

2.4.5.2 – Programação Orçamentária Adicional

Por conta das restrições orçamentárias, no decorrer do exercício foi concedido crédito adicional no valor total de R\$ 98.179.993 (noventa e oito milhões, cento e setenta e nove mil, novecentos e noventa e três reais).

O excesso de arrecadação, no valor de R\$ 44 milhões, em razão da revisão da previsão de receita de multas pela Secretaria de Orçamento Federal; o superávit financeiro na fonte própria, no valor de R\$ 13.000.000, decorrente dos leilões de viaturas e o cancelamento de dotações no valor de R\$ 31.886.000 foram as principais fontes de recursos do aludido crédito.

Destacam-se as seguintes alocações de crédito orçamentário :

- 1 - R\$ 5.501.000 – Crédito especial para aquisição da Sede da 9ª SRPRF/RS;
- 2 - R\$ 14.212.635,00 – Suplementação para cobrir despesas com 2 (dois) cursos de formação relativos as 340 vagas e excedentes para o MT e PA, bem como custeio de despesas administrativas (terceirização, material de consumo, estagiários, serviços públicos, diárias administrativas);
- 3 - R\$ 21.000.000 – Suplementação destinada à renovação parcial da frota, sendo adquiridas 141 viaturas, no valor total de R\$ 13.868.738,31. O restante do crédito orçamentário foi contingenciado;

4 - R\$ 16.873.000 – Suplementação destinada ao processamento e arrecadação de multas aplicadas pela PRF;

Na elaboração da proposta orçamentária, a Unidade alocou os créditos orçamentários, de acordo a prioridade das demandas apresentadas, ou seja, procurou assegurar as dotações necessárias para a manutenção da unidade. Assim, a realização dos investimentos tão necessários à modernização e aparelhamento da PRF dependeu sobremaneira da concessão do citado crédito adicional, para o qual não foi disponibilizado cota de limite orçamentário na sua totalidade, ou seja, a maior parte da dotação foi contingenciada.

2.4.5.3 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

2.4.5.4 Análise Crítica das Concessões e Recebimento de Créditos Orçamentários por Movimentação Interna e Externa

- DESTAQUES RECEBIDOS

Com as restrições orçamentárias impostas ao DPRF, os destaques tornaram-se fontes importantes de recursos para a realização das atividades da PRF. Embora sejam destinados a atividades específicas, os destaques possibilitam a aquisição/manutenção de equipamentos, bem como a realização de um maior número de operações, aumentando a presença da Polícia Rodoviária Federal ao longo das rodovias federais.

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Por intermédio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, foram descentralizados ao DPRF aproximadamente 12 milhões de reais que atingiram praticamente 95% de execução.

O orçamento foi utilizado no desenvolvimento do projeto UNACI* e nas operações de combate ao abigeato nas fronteiras internacionais do estado do Rio Grande do Sul, especificamente no aparelhamento, readequação de estruturas e pagamento de diárias ao policiais envolvidos na operações e na consecução do projeto.

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

O convênio firmado entre o Ministério da Saúde (SAMU) e o DPRF auxiliou a execução das atividades de salvamento no âmbito das rodovias federais proporcionando a melhor utilização das viaturas e aeronaves de

resgate. Os recursos foram utilizados com a manutenção do veículos, adaptação de postos e capacitação de servidores.

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

As descentralizações decorrentes do convênio entre o DPRF e a ANTT alcançaram o montante de 5,5 milhões de reais com uma execução na ordem de 95%. O crédito foi utilizado para a realização de operações de fiscalização do transporte de passageiros e com a aquisição de materiais de policiamento utilizados durante as fiscalizações.

Com as restrições de cota de limite impostas ao Órgão o convênio foi vantajoso a medida que proporcionou aquisições de materiais importantes bem como tornou possível a realização desse tipo de fiscalização, ações que ficariam comprometidas por conta do contingenciamento.

DESTAQUES CONCEDIDOS

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Durante o exercício de 2009 o DPRF firmou acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o objetivo do desenvolvimento de sistemas de gestão, uma demanda antiga e fundamental para o Órgão.

O software possibilitará uma gestão eficiente nas mais variadas áreas administrativas - recursos humanos, patrimônio, compras, orçamento, financeiro – proporcionando maior confiabilidade das informações que auxiliarão as tomadas de decisões pelos gestores do Órgão. Haverá um ganho gerencial significativo.

- DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS

A política de descentralização de créditos para as unidades regionais do DPRF utiliza como critério o mês de competência da despesa.

Durante o exercício de 2009 a falta de um cronograma para as transferências de cota de limite ao DPRF, bem como o contingenciamento orçamentário, prejudicaram a execução dos recursos. A PRF tem como diretriz a centralização de compras para as grandes aquisições (Unidades Centralizadoras de Compras). Contudo, a realização do planejamento fica comprometida em razão das incertezas quanto à liberação de créditos orçamentários.

2.4.6 Despesas por Modalidade de Contratação (UO)

2.4.6.1 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa(UO)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	S	S	S	S	S	S	S	S
01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS	487.287.822	559.895.681	487.287.822	559.895.681	588.977	0	487.287.822	559.895.681
03 - PENSOES	123.905.539	146.258.364	123.905.539	146.258.364	1.124.071	0	123.905.539	146.258.364
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	673.873	689.915	673.873	689.915	0	0	673.873	689.915
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	878.890.551	1.004.340.578	878.890.551	1.004.340.578	427.996	0	878.890.551	1.004.340.578
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	0	217.342.545	0	217.342.545	0	0	191.293.626	217.342.545
16 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	0	433.895	0	433.895	3.327	0	406.673	433.895
91 - SENTENCAS JUDICIAIS	31.100.428	32.950.573	31.100.428	32.950.573	51.236	0	31.100.428	32.950.573
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.570.600	209.036	2.570.600	209.036	12.984	0	2.570.600	209.036
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
2 – Juros e Encargos da	S	S	S	S	S	S	S	S

Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	S	S	S	S	S	S	S	S
03 - PENSOES	74.122	112.305	71.389	112.305	2.732	0	71.389	112.305
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	2.230.436	2.214.661	2.146.994	2.214.661	83.442	0	2.146.994	2.214.661
14 - DIÁRIAS	9.876.644	21.399.337	9.876.644	21.378.983	0	20.354	9.876.644	21.369.634
30 - MATERIAL DE CONSUMO	43.391.824	38.012.835	30.040.027	30.287.691	12.824.304	7.725.143	30.040.027	29.680.396
31 - PREMIAÇÕES CULT.,	9.410	0	0	0	0	0	9.410	
33 - PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO	3.452.671	3.184.614	3.180.743	2.749.176	271.928	435.439	3.178.566	2.749.176
35 - SERVIÇO DE CONSULTORIA	53.950	848.434	7.750	7.000	46.200	841.434	7.750	7.000
36 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.545.408	2.902.198	1.514.474	2.817.193	4.726	2.878	1.514.474	2.817.193
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	27.353.180	30.404.307	25.788.465	27.192.755	1.564.715	3.211.551	25.776.597	27.189.634
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	82.647.104	91.105.822	68.680.028	73.732.984	13.967.076	17.372.838	64.673.052	73.656.338
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	16.063.940	15.827.126	16.063.940	15.827.126	0	0	16.063.940	15.827.126
47 - OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.	140.876	232.111	138.134	221.217	2.742	10.894	138.125	221.217
49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	1.653.105	996.304	1.653.105	996.304	0	0	1.653.105	996.304
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR	2.496.633	1.437.142	2.328.798	1.320.609	155.294	85.523	2.328.798	1.320.609
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.354.246	791.210	4.146.544	750.871	1.207.702	40.339	4.144.744	750.509

2.4.6.1.1 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	S	S	S	S	S	S	S	S
30 - MATERIAL DE CONSUMO	0	27.839	0	0	0	27.839	0	0
39 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS	13.000	146.933	0	110.200	13.000	36.733	0	110.200
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	3.529.412	5.743.588	878.514	363.656	2.650.898	5.379.932	878.514	363.656
52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	31.159.310	37.680.442	7.668.726	5.843.462	23.490.584	31.836.980	7.601.512	5.577.237
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.458	0	7.458	0	0	0	7.458	0
5 - Inversões Financeiras	S	S	S	S	S	S	S	S
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.501.000	0	0	0	5.501.000	0	0	0
6 - Amortização da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.4.6.2. Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários

Durante o exercício de 2009, a falta de um cronograma para as transferências de cota de limite ao DPRF, bem como o contingenciamento orçamentário, prejudicaram a execução dos recursos. A PRF tem como diretriz a centralização de compras para as grandes aquisições (Unidades Centralizadoras de Compras). Contudo, a realização do planejamento fica comprometida em razão das incertezas quanto à liberação de créditos orçamentários.

Devido à insuficiência de dotação inicial, o DPRF/MJ depende da concessão de créditos adicionais para cobrir as despesas de garantia de funcionamento, principalmente para processar e arrecadas as multas de trânsito. No entanto, os citados créditos são bloqueados no momento da concessão, prejudicando o atendimento pleno dessas despesas e o resultados operacionais, em especial a arrecadação.

2.4.7. Execução orçamentária

A execução total da 15ª SRPRF/RN foi de R\$ 3.323.855,46 (Três milhões trezentos e vinte e três mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) .

Despesas por Modalidade de Contratação (UJ)

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	195.841,53	46.934,37	195.841,53	46.934,37
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	1.489.595,40	2.269.326,22	1.489.595,40	2.269.326,22
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	297.033,49	288.249,07	297.033,49	288.249,07
Inexigibilidade	20.340,58	14.819,00	20.340,58	14.819,00
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	8.000,00	8.000,00	1453,25	1.740,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	350.674,03	689.030,56	350.674,03	689.030,56
Outros				

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS (2008)

RESUMO POR MODALIDADE				
TIPO DE EVENTO	VALOR DE MERCADO	VALOR ADQUIRIDO	ECONOMIA VALOR	ECONOMIA %
DISPENSAS LICITAÇÃO	R\$ 311.019,88	R\$ 309.593,93	R\$ 1.425,95	3,1
COTAÇÃO ELETRÔNICA	R\$ 33.262,27	R\$ 28.040,72	R\$ 5.221,55	10,55
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 1.052.222,20	R\$ 873.260,77	R\$ 178.961,43	10,3

TOMADA DE PREÇO	R\$ 252.620,01	R\$ 195.841,53	R\$ 56.778,48	22,48
-----------------	----------------	----------------	---------------	-------

Título principal

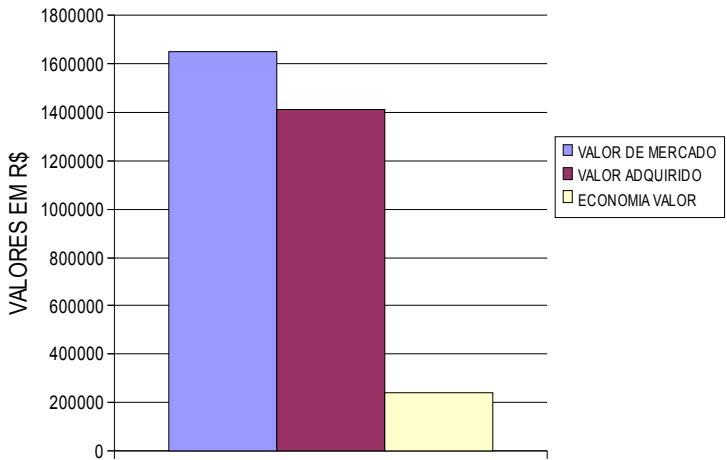
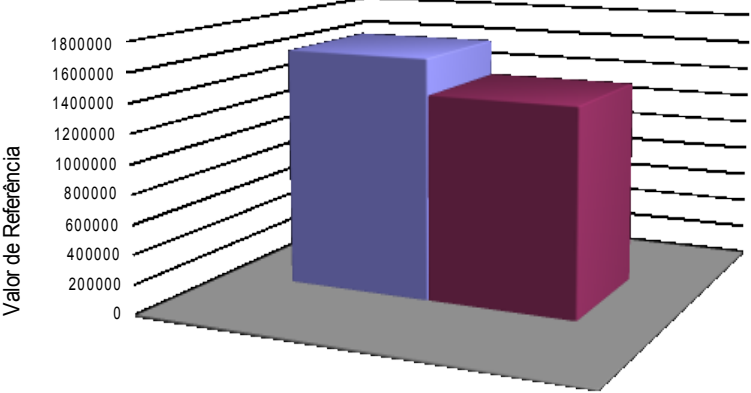
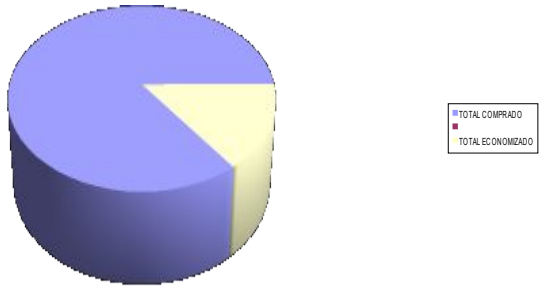


Gráfico Comparativo



Valor Comprado

GRÁFICO ECONÔMICO



2009

RESUMO POR MODALIDADE				
TIPO DE EVENTO	VALOR DE MERCADO	VALOR ADQUIRIDO	ECONOMIA VALOR	ECONOMIA %
DISPENSA LICITAÇÃO	R\$ 260.123,00	R\$ 258.278,81	R\$ 6.810,92	0,71
COTAÇÃO ELETRÔNICA	R\$ 8.813,50	R\$ 6.536,73	R\$ 2.276,77	25,83
PREGÃO ELETRÔNICO	R\$ 441.497,56	R\$ 305.095,74	R\$ 136.401,82	30,9
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO	R\$ 1.036.315,19	R\$ 638.019,60	R\$ 398.295,59	38,43

TIPO DE EVENTO	Nº PROCESSO	Nº DO EVENTO	VALOR MÍNIMO PARA ARREMATACÃO	VALOR FINAL ARREMATADO	ARRECADACÃO %	OBJETO	Nº CONTRATO
LEILÃO ADMINIST	08664.002.440/2009-46	01/2009	R\$ 174.950,00	R\$ 401.400,00	229,44%	LEILÃO VIATURAS	X

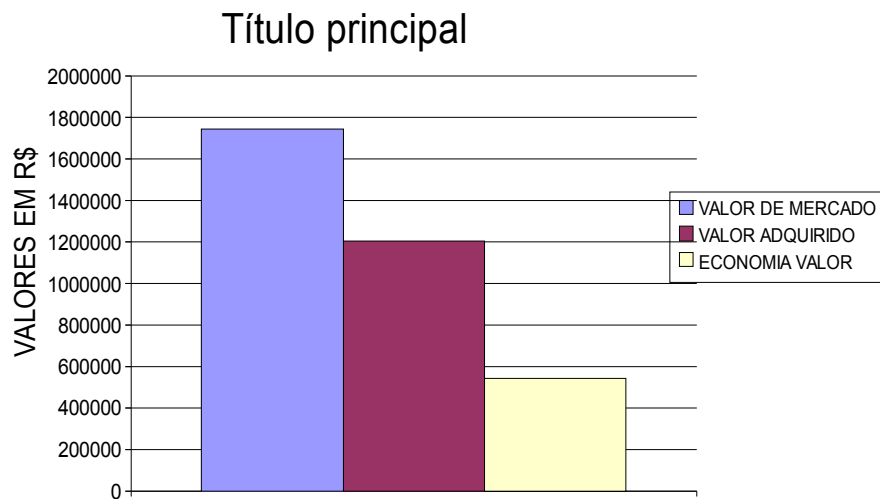


Gráfico Comparativo

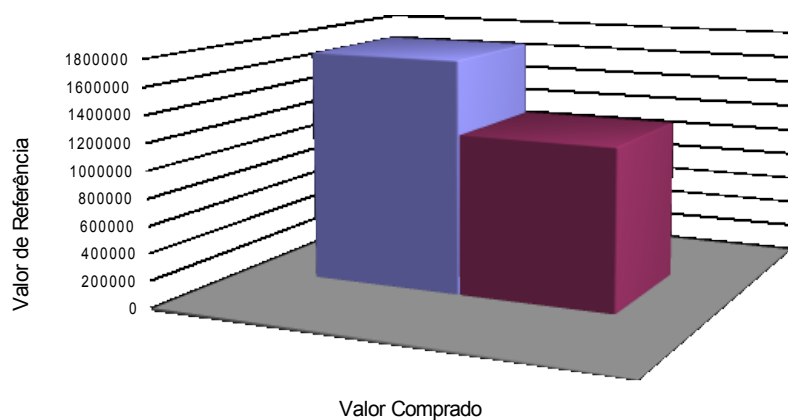
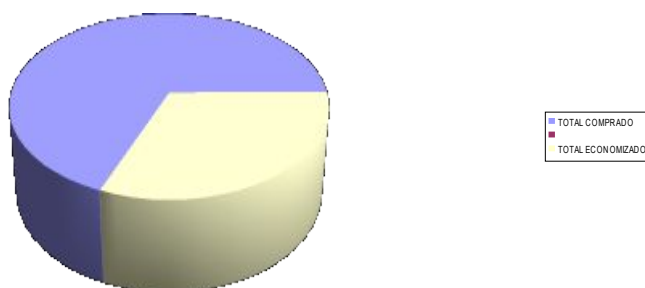
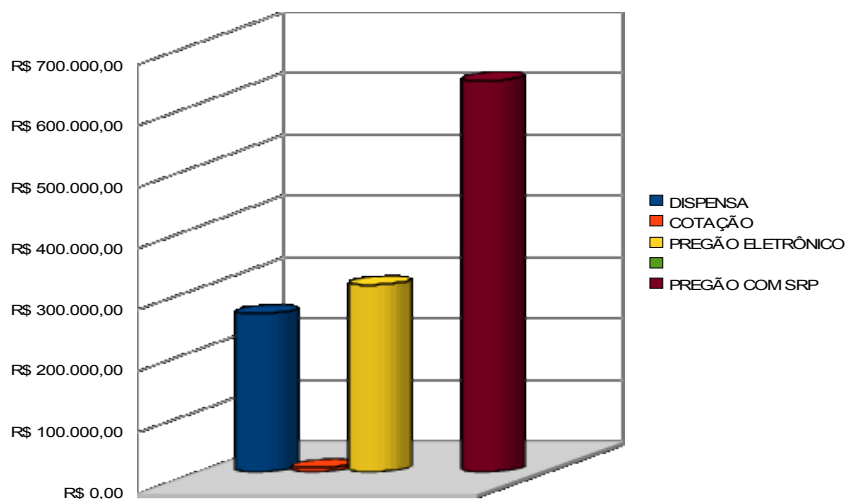


GRÁFICO ECONÔMICO



DESPESAS POR MODALIDADE



Quanto às aquisições realizadas e contratações de empresas para prestação de serviços, insta-nos registrar a adoção de sistemática privilegiando a concentração dos procedimentos comuns em uma das Unidades Gestoras do DPRF, valendo-se das vantagens do Sistema de Registro de Preços, o que resultou em redução dos custos globais em razão dos ganhos de escala.

No âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi priorizada a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória visando ampliar a concorrência e conseqüentemente aumentar os percentuais de economia, vejamos.

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009
1.PASSAGENS	53.270,99	85.559,07	117.515,04
2.DIÁRIAS E RESSARCIMENTOS DE DESPESAS EM VIAGENS	390.665,21	350.674,03	689.030,56
3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 publicidade			
3.2 vigilância, limpeza e Conservação	441.315,75	451.371,32	507.755,79
3.3 Tecnologia da informação	-	-	-
3.4 outras terceirizações	33.315,75	42.516,42	40.762,87
4.CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	5.704,82	2.540,00	1.680,00
TOTAL			

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	S	S	S	S	S	S	S	S
2 – Juros e Encargos da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
3- Outras Despesas Correntes	S	S	S	S	S	S	S	S
14 - DIÁRIAS	350.674,03	689.030,56	350.674,03	689.030,56	0	0	350.674,03	689.030,56
30 - MATERIAL DE CONSUMO	430.292,65	839.014,26	430.292,65	839.014,26	257.420,16	274.944,67	172.872,49	564.069,59

33 - PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO	84.559,07	117.515, 04	84.559,0 7	117.515, 04	0	36.833 ,85	84.559,07	80.681,1 9
36 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	0	0	0	0	0	0	0	0
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	493.887,74	548.518, 66	493.887, 74	548.518, 06	40.806,2 2	63.917 ,40	453.081,5 2	484.601, 26
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	697.418,22	600.060, 35	697.418, 22	600.060, 35	193.650, 72	105.31 2,09	503.767,5 0	494.748, 26

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	S	S	S	S	S	S	S	S
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	195.841, 53	323.147, 17	195.841, 53	323.147, 17	219.786, 53	323.147, 17	0	0
52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	362.107, 34	180.135, 70	362.107, 34	180.135, 70	351.680, 65	155.680, 00	10.426,6 9	24.455,70
5 - Inversões Financeiras	S	S	S	S	S	S	S	S
6 - Amortização da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S

Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos recebidos por Movimentação

A administração tem pautado sua atuação no controle das despesas correntes do Programa 0750 – Apoio Administrativo, na otimização dos recursos, além de buscar junto ao DPRFXMJ a ampliação dos limites orçamentários, buscando investir no reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e em novas tecnologias. Tal conduta contribui para o atingimento das metas e objetivos dos programas finalísticos: 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.

Merece destaque na execução orçamentária do exercício o total empenhado com despesa de capital, em especial os seguintes itens:

➤ Despesas com serviço de engenharia para relocação do posto de fiscalização, localizado em São José de Mipibu e que foi inviabilizado pela duplicação da BR 101. E de recursos necessários a construção do muro do prédio da Sede da 15a.SRPRF/RN.

➤ Destacamos também, aquisição de uma viatura para uso no apoio de logística de materiais.

Os créditos orçamentários recebidos por destaque contribuíram para o custeio das atividades da Polícia Rodoviária Federal, permitindo o apoio técnico a outros órgão integrantes do Sistema Nacional de Segurança Pública.

A execução orçamentária desse tipo de crédito é facilitada, pois a gestão do contingenciamento compete ao Órgão Concedente, cabendo ao DPRF tão somente aplicá-lo de forma eficiente, procurando otimizar seus resultados operacionais.

2.5 Execução Orçamentária por Programa de Governo (UO)

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo (UO)

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.351.558.328	1.377.301.989	1.349.539.057	1.338.935.988	10.603.068	1.338.887.954	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não se aplica					
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Programa padronizado, comum a toda a Administração, utilizado para apropriar as despesas não relacionadas a programas finalísticos ou ações orçamentárias específicas, não possuindo índice de mensuração de resultado.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0663		Denominação: Segurança Pública nas Rodovias Federais				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
78.591.629	103.918.131	89.482.375	78.605.831	10.876.545	78.585.414	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1386		Denominação: Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
64.157.000	79.337.000	59.943.848	18.232.147	41.711.701	17.930.466	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

Análise Crítica da Execução Orçamentária por Programa de Governo

PROGRAMA 0750 – Apoio Administrativo

2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

É nesta ação onde são executados os serviços como a locação de mão-de-obra, água, energia elétrica, manutenção predial, postagens, publicações, diárias e passagens administrativas e aquisição de materiais de expediente. Essas despesas de garantia de funcionamento da área administrativa representam uma das maiores demandas do órgão.

A execução tem sido impactada pelas constantes repactuações de contratos, justificadas por convenções coletivas de trabalho que aumentam o salário-base das categorias contratadas, além da elevação dos valores dos insumos utilizados durante a realização dos trabalhos. No entanto, o valor disponibilizado ao órgão não acompanha os reajustes de mercado, fazendo com que a ação seja objeto de constantes solicitações de suplementação. Por vezes a prestação de alguns dos serviços e aquisições citadas ficam comprometidas por insuficiência orçamentária. A unidade regional fica impossibilitada de contratar a mão-de-obra adequada pela ausência de recursos.

Ressalta-se que durante o exercício de 2009, com o aumento do valor das diárias dos servidores do poder executivo, a execução da ação ficou ainda mais comprometida.

PROGRAMA 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

Durante o exercício de 2009 a execução orçamentária das ações que compõem o programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, demonstra a necessidade de um aporte maior de recursos para o desempenho das atividades finalísticas do DPRF/MJ.

A realização das Operações Especiais de Combate ao Crime, Inteligência, Corregedoria e Capacitação de Servidores utilizaram quase a totalidade dos recursos que lhes foram disponibilizados. Em alguns casos os objetivos traçados no planejamento não puderam ser atingidos em decorrência do bloqueio orçamentário imposto ao Órgão.

Merecem destaque especial e uma análise pormenorizada as ações de Policiamento e Processamento e Arrecadação de Multas.

2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

Os valores alocados na ação, destinados ao atendimento de despesas garantidoras das atividades finalísticas da PRF (diárias, combustível, manutenção de viaturas e aquisição e manutenção de equipamentos para policiamento) tiveram de ser revistos para que houvesse crédito suficiente para custear o deslocamento, bem como a manutenção (pagamento de diárias e passagens aéreas) de um grande número de policiais no estado do Paraná por ocasião da retomada de rodovias federais no local.

Como consequência algumas aquisições planejadas nesta ação foram frustradas (material de sinalização, uniforme, equipamentos para policiamento).

Não obstante à redução dos valores destinados as aquisições e serviços fundamentais ao policiamento, durante o exercício de 2009 o aumento do valor das diárias também impactou de forma determinante a execução do orçamento.

4641 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela PRF

Objeto de apontamento pelos Órgãos de Controle, o valor alocado na ação, além das necessidades do Órgão, tem sido alvo de constantes solicitações de créditos suplementar, para que não haja a interrupção do envio das notificações e penalidades das multas impostas pela PRF.

Diante de um orçamento de 220 milhões de reais, torna-se impossível ao Órgão que seja destinado a execução dessa atividade valor superior aos 20 milhões alocados, sob pena de despesas de garantia de funcionamento ficarem comprometidas.

Alerta-se para a necessidade da ampliação do limite orçamentário do DPRF que já a alguns exercícios não corresponde as suas reais necessidades.

As ações de Monitoramento, Acompanhamento Psicossocial, Atividades de Saúde, Publicidade de Utilidade Pública e Educação para o Trânsito não puderam ter seu orçamento executado na totalidade, frustrando seus planejamentos, pela concessão insuficiente de limite. Essas ações foram revistas e tiveram parte de seu valor destinados a outras ações.

PROGRAMA 1386 – Desenvolvimento Institucional da PRF

O Programa 1386 é composto por ações que estão voltadas para o desenvolvimento e modernização da PRF.

200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

O DPRF possui como meta a renovação anual de 25% de sua frota. Devido ao baixo limite disponibilizado ao Órgão quando da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2009, tornou-se inviável a alocação destinados a essa atividade.

Com o intuito de oferecer aos policiais equipamentos seguros que os auxiliem durante o desempenho de suas atividades e que sirvam de instrumento para a realização de um efetivo serviço a sociedade, o DPRF vem constantemente, exercício após exercício, solicitando a suplementação desta ação para que o trabalho não fique comprometido.

Os valores gasto com esse tipo de aquisição, apesar das suplementações (grande parte das vezes obtida em contrapartida a algum crédito disponibilizado pelo DPRF) e destaques recebidos de outros órgãos (PRONASCI/MJ) ainda estão muito aquém das necessidades efetivas para se manter a frota em perfeitas condições de uso.

Ressalta-se, nesta análise, a política de leilões adotada pelo DPRF que proporciona o desfazimento dos veículos antigos da instituição. Contudo, o retorno dos valores obtidos com essa prática, em forma de orçamento, ainda é muito difícil, sendo objeto de exaustivas solicitações aos órgãos responsáveis.

200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da PRF

Grande parte dos imóveis do DPRF são provenientes do antigo DNER. Não oferecem a estrutura adequada ao desempenho da atividade policial, quando, por vezes, não oferecem sequer condições de segurança aos seus usuários.

O exíguo valor alocado nesta ação foi um óbice a obtenção de resultados expressivos. Os esforços foram voltados para a construção de um postos, em locais cujas instalações encontravam-se profundamente comprometidas.

8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da PRF

Voltada para a adequação do imóveis da PRF, a ação de reforma de bases operacionais foi contemplada com uma emenda de 20 milhões de reais para o exercício de 2009. Dando continuidade ao projeto iniciado no exercício anterior, nenhuma reforma foi executada no estado, não só em virtude do contingenciamento do limite disponibilizado ao Órgão, grande parte do valor da emenda não pode ser utilizado. Também, em virtude de um certame ter sido frustrado.

Assim, os postos que conferem identidade visual a PRF e são verdadeiras unidades de atendimento ao cidadão, permanecem sucateados, oferecendo péssimas condições de trabalho aos policiais.

1D49 - Construção do Ed. Sede do DPRF- Ação exclusiva do DPRF

O valor alocado na ação para o exercício de 2009 foi, quase em sua totalidade, objeto de alterações orçamentárias, sendo utilizado como contrapartida às concessões de créditos em outras ações.

A execução do orçamento ficou comprometida pela impossibilidade da realização da obra pela empresa responsável, uma vez que esta entrou em processo de falência.

Para o exercício de 2010 novo certame licitatório foi realizado e serão retomadas as obras de construção da Sede do DPRF.

8698 – Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação

As ações voltadas para a tecnologia da informação (Manutenção e Modernização dos Sistemas de TI, Implantação de Sistemas de TI e Ações de Informática) tiveram bons índices de execução. Voltadas para a renovação do parque tecnológico, comunicação e aquisição de novas tecnologias que auxiliam as atividades administrativas e finalísticas do DPRF, essas ações tiveram de ser suplementadas para suprir as demandas do Órgão.

Execução Física e Financeira das Ações (uo)

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
6	181	663	2B11	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	110	110	489
6	303	663	2C78	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1937	748	0

6	128	663	2524	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	925	11168	8431
6	183	663	2720	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1	0	1
6	181	663	2723	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	7.452.416	45.672.799	8.500.000
6	183	663	2816	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	54	51	220
6	181	663	4290	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	8.678	6.988	16.000
6	181	663	4526	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	15	151	0
6	181	663	86A1	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	1.118.806	2.740.173	1.235.294
6	452	663	8692	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	40.000	169.171	100.000
6	181	663	8703	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	857	1.995	0
6	301	750	2004	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	24.162	23.855	24.420
6	365	750	2010	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	2.690	0	2.680
6	331	750	2011	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	797	0	800
6	306	750	2012	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	10.405	0	10.110
6	181	1386	200C	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	15	56	47
6	181	1386	200G	Atividade	3 – Outras Prioridades	unidade	14	15	55
6	181	1386	8623	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	329	42	10
6	181	1386	8698	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	% de manutenção	83	81	83
6	122	1386	1D49	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	46	0,464	37
6	183	1386	1835	Atividade	4 – Nenhuma prioridade	unidade	3	2,935	0

Resultados das ações operacionais desenvolvidas

A principal atividade da Polícia Rodoviária Federal – PRF é o policiamento (patrulhamento) ostensivo preventivo, o qual encontra amparo no artigo 144 da Constituição da República (Inciso II e parágrafo segundo), no artigo 20 da Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), no artigo 1º do Decreto 1.655/95 e no artigo 1º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/04, do Senhor Ministro da Justiça. A Lei 9.654/98, alterada pelas Leis 11.358/06 e 11.784/08, aduz que cabe ao policial rodoviário federal, desde de seu ingresso, executar atividades de natureza policial, envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.

Naturalmente, toda essa atividade necessita de recursos públicos para sua consecução, por isso é integrada ao planejamento governamental (Plano Plurianual – PPA - Lei 11.653/08). O PPA estabelece metas, indicadores e produtos para as ações orçamentárias. Portanto, cabe aos órgãos governamentais responsáveis pela execução dos citados programas estabelecer a metodologia de trabalho para o alcance dessas metas, produtos e indicadores, bem como distribuídos às Unidades desconcentradas. Nesse sentido, a Direção-Geral da PRF baixou a Portaria 030/2010/DG no sentido de dar cumprimento aos dispositivos legais supracitados.

A preocupação com a efetividade das ações da PRF encontra eco nas múltiplas missões que desempenha, bem como na importância dessas tarefas, principalmente, com já dito, no patrulhamento ostensivo das rodovias federais com execução de operações relacionadas com a segurança pública. Esse patrulhamento deve ser exercido para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. O patrulhamento ostensivo consiste na vigilância exercida na área de circunscrição, por meio de Postos fixos, rondas com viaturas (duas ou quatro rodas) e aeronaves. É nessa atividade (patrulhamento) que a PRF, além de auxiliar o usuário da estrada, atender e socorrer eventuais vítimas de acidentes de trânsito, combater os diversos ilícitos, exerce o Poder de Polícia, o qual é empregado no sentido de fazer cumprir as normas de circulação e conduta estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Com efeito, a PRF tem um papel relevante no contexto da segurança pública nacional, vez que os principais centros urbanos, passos fronteiriços, portos e aeroportos são ligados por rodovias federais. Esses corredores de trânsito e transporte são palco da maior importância para o exercício do direito constitucional da livre locomoção, bem como para a movimentação de parcela significativa da riqueza nacional. Por isso, faz-se necessário adotar iniciativas que permitam fazer desse espaço público (a rodovia) um local onde cada usuário se sinta seguro e possa exercer plenamente sua cidadania. Naturalmente, qualquer estratégia, ferramenta ou iniciativa deve estar totalmente alinhada com a filosofia de emprego e a razão da existência da Instituição.

Como afirmado no item anterior, a citada Portaria trata de dois assuntos. Um deles é estabelecer a política da atividade finalística e outro é dar cumprimento o planejamento

governamental de alto nível. O Governo Federal, por meio de suas ferramentas gerenciais (Plano Plurianual – PPA, Sistema Integrado de Planejamento - SIGPLAN), bem como os órgãos de controle (TCU e CGU, por exemplo), têm exigido dos gestores públicos o estabelecimento de metas em suas áreas finalísticas, de forma a atender aos Princípios da Eficiência, da Eficácia e da Economicidade. O artigo 1º da Portaria 30, repassa para as Unidades Regionais da PRF Os Indicadores previstos para o programa 0663, (Segurança Pública nas Rodovias Federais) do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), bem como o produto previsto para a ação 2723 (Policciamento Ostensivo nas Rodovias Federais). Os Indicadores previstos para o Programa são: Percepção de Segurança, Taxa de Variação de Acidentes e Taxa de Mortalidade. O Produto da Ação 2723 - Procedimentos de Fiscalização - foi transformado em Indicador para as Regionais. Portanto, não há qualquer inovação, apenas o repasse de metas já instituídas em lei (o PPA é aprovado por lei). Os demais contextos definem os critérios de implementação da nova metodologia.

A meta global foi distribuída às Unidades desconcentradas considerando a capacidade operacional de cada uma, bem como os registros dos dados históricos de fiscalização dos últimos cinco anos. Considerando que o maior fator contribuinte para a ocorrência de acidentes é a atitude do indivíduo em desacordo com as normas de circulação e conduta definidas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, faz-se necessário combater vigorosamente a prática de infrações com vistas à prevenção dos sinistros que têm trazido um impacto econômico e social à Nação de mais de 30 bilhões de reais, sem falar na dor da perda de pessoas queridas, perda de força de trabalho, problemas psicossociais, etc. Por isso, o DPRF instituiu um sistema capaz de avaliar o desempenho, não só de cada policial que trabalha diretamente na atividade-fim, como também, utilizando-se os mesmos critérios, os Gestores locais (Chefes de Delegacias) e os Gestores Regionais (Superintendentes e Chefes de Distritos), objetivando-se aumentar a fiscalização e a prevenção de acidentes. As autuações são mero resultado do policial cumprindo o seu papel de agente fiscalizador. O Patrulhamento (policciamento) ostensivo preventivo reclama **visibilidade, disponibilidade e interventividade**. Esses elementos estão totalmente presentes na filosofia de trabalho que norteia a Portaria 30. A visibilidade consiste em a equipe de ronda ou de posto estar visível ao indivíduo que trafega na rodovia. Esse é o primeiro elemento de inibição (preventivo) de prática de infração administrativa ou de crime. Além de visível, a polícia tem que estar disponível, pronta para atender o chamado. Pronta para intervir, de preferência preventivamente, antes que a irregularidade aconteça. Como acontece em qualquer empresa, na organização pública com muito mais rigor, deve-se **monitorar e controlar as ações e resultados**, de modo a garantir o correto oferecimento dos serviços em face aos recursos públicos despendidos. Com a nova metodologia a PRF logrou-se êxito, no exercício de 2009, em atingir o Indicador Taxa de Variação de Acidentes em 104,17% e o Indicador Taxa de Mortalidade em 122,63%. Registre-se, ainda, que não há qualquer afronta/contradição ao Manual de rotinas operacionais, pois lá está preconizado que uma das missões fundamentais do policiamento ostensivo preventivo é a prevenção as infringências as normas de circulação. Esse é o objeto mais nobre da Portaria em comento: a prevenção. Por outro lado, frise-se que o combate a criminalidade, principalmente por organismos de operações especiais, equipes de policiamento na fronteira, etc, não sofrerá qualquer alteração. O alto grau de profissionalismo alcançado por esses organismos já os insere no contexto da Portaria 30, pois o que se quer é o cumprimento das

missões da PRF com excelência. Naturalmente, o trabalho exercido por essas equipes terão além do registros das prisões, apreensões, autuações, etc., os registros das abordagens efetuadas.

Por fim, resta destacar que a Administração desta Instituição não tem buscado outro interesse senão o zelo pela coisa pública, pois todos os investimentos recebidos pelo órgão tem de retornar ao cidadão em forma de prestação de serviço e um dos principais serviços oferecidos pela PRF é a promoção da segurança aos usuários das rodovias federais, seja combatendo o crime, seja atendendo as vítimas de acidentes, seja fiscalizando o cumprimento das normas de circulação e conduta ou interagindo com a sociedade, de modo a prevenir os acidentes. O principal mecanismo para a consecução dessa tarefa é a abordagem a veículos e a pessoas. Portanto, os dispositivos da citada Portaria retratam o esforço republicano de devolver à PRF o seu caráter preventivo e de polícia cidadã.

3. Composição e custos dos Recursos Humanos

Mês 2009	Aposentadorias	Vencimentos e Vantagens fixas	Auxílio natalidade	Assistência Pré-escolar	Auxílio alimentação	Auxílio transporte	Sentenças judiciais	Bolsa estágio	Auxílio transporte – Estag.	Pagamento de substituição	Exercícios anteriores	Pensões Civis
Janeiro	1.108.427,11	1.943.015,65	415,00	5.148,00	28.980,00	110,00	2.455,38	-	-	-	-	185.492,54
Fevereiro	1.126.131,19	1.901.812,32	-	5.082,00	28.602,00	110,22	57.667,28	-	-	166,00	-	185.492,54
Março	1.136.036,99	1.796.641,21	830,00	4.884,00	28.350,00	110,22	52.484,65	-	-	340,45	-	204.039,77
Abril	1.173.619,81	1.690.838,55	830,00	5.082,00	27.846,00	110,22	55.227,14	-	-	498,22	-	192.929,62
Maio	1.173.619,81	1.712.929,72	-	4.950,00	27.846,00	110,22	55.314,71	-	-	498,22	-	196.377,36
Junho	1.744.064,69	1.909.044,59	415,00	4.884,00	28.602,00	110,22	58.432,26	-	-	498,22	-	291.155,60
Julho	1.277.693,34	1.842.812,16	949,98	5.148,00	28.224,00	76,70	55.991,67	6.856,52	3.024,00	705,81	-	208.641,66
Agosto	1.287.354,46	1.818.882,36	-	4.884,00	27.972,00	76,70	66.495,88	8.750,00	3.258,00	215,90	3.893,74	207.817,13
Setembro	1.287.354,46	1.895.215,23	-	4.884,00	28.098,00	76,70	64.706,74	7.940,00	3.150,00	504,02	-	207.223,53
Outubro	1.287.354,46	1.877.844,70	-	4.818,00	28.098,00	76,70	63.553,58	8.113,33	3.042,00	1.225,60	-	207.386,29
Novembro	2.574.991,28	3.698.931,27	949,98	4.818,00	28.098,00	76,70	67.479,71	8.460,00	3.120,00	166,04	-	414.772,58
Dezembro	1.287.354,46	2.483.757,78	-	4.752,00	28.098,00	76,70	148.925,35	8.460,00	3.120,00	3.460,67	-	207.386,29
Total	16.464.002,06	24.571.725,54	4.389,96	59.334,00	338.814,00	1.121,30	748.734,35	48.579,85	18.714,00	8.279,15	3.893,74	2.708.714,91

3.1 Informações diversas da Área de Recursos Humanos (Quadro de Pessoal)

Força de trabalho em 31/12/2007			Força de trabalho em 31/12/2008			Força de trabalho em 31/12/2009			
Unidade	Policiais	Adm.	Unidade	Policiais	Adm.	Unidade	Policiais	Adm.	Estagiários
Sede	61	16	Sede	62	16	Sede	62	16	19
1ª Delegacia	54	---	1ª Delegacia	56	---	1ª Delegacia	52	---	2
2ª Delegacia	29	---	2ª Delegacia	27	---	2ª Delegacia	27	---	1
3ª Delegacia	34	---	3ª Delegacia	32	---	3ª Delegacia	31	---	2
4ª Delegacia	42	---	4ª Delegacia	38	---	4ª Delegacia	38	---	2
TOTAL	220	16	TOTAL	215	16	TOTAL	210	16	26

Entrada de servidores na 15ª SRPRF/RN	
Remoção	6

Saída de servidores da 15ª SRPRF/RN	
Remoção	2
Vacância	1
Aposentadoria	8

3.2 Demonstrativo dos contratos de terceirização no exercício de 2009

Nat.	Contrato	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Médio		Superior		
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
(O)	12/2008	00621158/0004-21	01/01/2009	31/01/2013	16	16	-	-	P
(O)	06/2009	24372385/0001-86	01/04/09	31/03/13	16	16	-	-	A
(O)	07/2009	08866722/0001-35	03/06/09	02/06/13	2	2	-	-	A
(O)	08/2009	00544298/0001-09	03/06/09	02/06/13	2	2	-	-	A
(O)	05/2009	61600839/0001-55	19/06/09	18/06/13	22	24	4	4	A

Observação: as informações referentes aos contratos, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e V, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Informamos também, que o contrato 05/2009, trata-se de contrato firmado com agente de integração, para fins de execução de estágio no âmbito da 15ª SPRF/RN

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2009	16	319.370,06	16	188.385,73	-	-	24	4.500,00

3.3 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Conforme demonstrado no quadro, existe a necessidade urgente de um aumento do efetivo para o desempenho das atividades finalísticas do Órgão. O que demonstra que a força de trabalho, é uma adversidade enfrentada pelo DPRF pois a falta de servidores da carreira de apoio administrativo, compromete sobremaneira o funcionamento da área meio. Tirando os policiais da atividade fim para desenvolverem atividades administrativas o que traz uma perda grande para a sociedade.

4. Restos a pagar de ejercicios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	965.188,57	-	-	-
2008	1.118.053,72	-	-	-
2007	599.825,29	-	-	-

5. CONCLUSÃO

A realidade sócio-econômica é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos.

Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Os gestores em geral, aqui compreendidos os da Unidade Regional, que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias.

De outro modo, o impacto social e econômico dos acidentes de trânsito impõe a necessidade de nova metodologia de atuação voltada para a segurança viária, para o que se faz essencial o incremento tecnológico e de recursos humanos especialmente voltados para a fiscalização de trânsito.

Compete a Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, e limitado orçamento, podemos classificar como satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos programas *“Segurança Pública nas Rodovias Federais e Desenvolvimento Institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal”*.

Assim, considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, a PRF no exercício 2009 obteve um grau satisfatório de eficiência, haja vista os valores orçamentários disponibilizados, que não obstante tais recursos terem sido

bastante aquém da demanda existente, a Unidade se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho da Polícia Rodoviária Federal a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas, no exercício de 2009 a Polícia Rodoviária foi eficaz. As metas estabelecidas para a atividade finalística do Órgão foram concretizadas, tanto com a REDUÇÃO do número de vítimas do trânsito, quanto com a atuação direta na área de segurança pública, pois a Polícia Rodoviária Federal foi em 2009 a Instituição de Segurança Pública que mais apreendeu drogas, armas e contrabando, bem como obteve os maiores índices de combate a prostituição infantil em todo o país.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF num ambiente mais seguro. Portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade.

É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2009, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como Órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública.

Pelo desenvolvimento de ações integradas, essa Instituição de renome obteve expressivos resultados frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das vias terrestres federais. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas, a entorpecentes, assim como a crimes contra o patrimônio, de modo que foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência, as quais contaram com a integração dos esforços da Unidade Regional e de outras forças de segurança.

Deste modo, exercício de 2009 foi encerrado com sentimento do dever cumprido, e a certeza de que a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional, trabalhando para salvar vidas.

ANEXOS

RELATÓRIO DA CORREGEDORIA – EXERCÍCIO 2009 – 15ª SRPRE/RN

1.

Número do Processo	08664.002.568/2008-29					
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória	
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar):	
Número e data do Ato:	191/08		Data: 29/12/2008			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Descumprimento de norma legal.					
Situação do Processo		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório	
		Encaminhado para julgamento em __/__/__			X	Processo julgado
Julgamento		Absolvição		Apenação	X	Instauração de PAD após sindicância
		Penalidade prescrita				Arquivamento
Pena aplicada						
Remessa dos Autos		MPF			AGU	
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)				

2.

Número do Processo	08664.000.541/2006-29				
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar

Número do Processo	08664.000.541/2006-29				
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	009/09		Data: 23/01/2009		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Denúncia de possível prática de tortura.				
Situação do Processo		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Encaminhado para julgamento em __/__/__			X Processo julgado
Julgamento		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD após sindicância
		Penalidade prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada					
Remessa dos Autos		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)			

3.

Número do Processo	08664.002.573/2007-51				
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	162/08		Data: 22/10/2008		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura.				
Situação do Processo		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Encaminhado para julgamento em __/__/__			X Processo julgado

Número do Processo	08664.002.573/2007-51					
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada						
Remessa dos Autos	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$)				

4.

Número do Processo	08664.002.575/2007-40					
Tipo do Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	032/09		Data: 16/03/2009			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de peças de veículo de usuário retido em pátio da Polícia Rodoviária Federal.					
Situação do Processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Encaminhado para julgamento em __/__/__			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada						
Remessa dos Autos	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$)				

5.

Número do Processo	08664.002.056/2008-62				
Tipo do Processo	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	013/09		Data: 02/02/2009		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Deixar de digitar vinte autos de infração dentro do prazo legal.				
Situação do Processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Encaminhado para julgamento em __/__/__			<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
Pena aplicada	Suspensão de 01 (um) dia para o Policial Rodoviário Federal Rafael de Almeida Barreto, matrícula SIAPE 1465858.				
Remessa dos Autos	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$)			

6.

Número do Processo	08664.002.574/2007-03				
Tipo do Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	020/09		Data: 02/02/2009		

Número do Processo	08664.002.574/2007-03					
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de uma motocicleta do pátio do posto da Polícia Rodoviária Federal em São José de Mipibu.					
Situação do Processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Encaminhado para julgamento em __/__/__			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada						
Remessa dos Autos	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$)				

7.

Número do Processo	08664.002.104/2008-12					
Tipo do Processo	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	021/09		Data: 02/02/2009			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Roubo de peças de veículo do pátio do posto da Polícia Rodoviária Federal em São José de Mipibu.					
Situação do Processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Encaminhado para julgamento em __/__/__			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento

Número do Processo	08664.002.104/2008-12		
Pena aplicada			
Remessa dos Autos	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$)		

8.

Número do Processo	08664.000.839/2009-92		
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria	Ordem de Serviço
Número e data do Ato:	039/09		Data: 07/04/2009
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Extravio de Identidade Funcional de Policial Rodoviário Federal.		
Situação do Processo		Instrução	Relatório
		Indiciamento/Defesa	Processo julgado
Julgamento		Absolvição	Instauração de PAD após sindicância
		Apenação	Arquivamento
Pena aplicada		Penalidade prescrita	X
Remessa dos Autos	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$)		

9.

Número do Processo	08664.002.153/2008-55				
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	038/09		Data: 07/04/2009		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Denúncia de solicitação vantagem econômica por Policiais Rodoviários Federais.				
Situação do Processo		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Encaminhado para julgamento em __/__/__			X Processo julgado
Julgamento		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD após sindicância
		Penalidade prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada					
Remessa dos Autos		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)			

10.

Número do Processo	08664.001.680/2008-42				
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	063/09		Data: 11/05/2009		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Incidente envolvendo Policiais Rodoviários Federais e integrantes do Movimento Sem-Terra, com danos ao patrimônio público.				

Número do Processo	08664.001.680/2008-42					
Situação do Processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Encaminhado para julgamento em __/__/__			X	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada						
Remessa dos Autos	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$)				

11.

Número do Processo	08664.000.324/2009-92					
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	096/09		Data: 13/07/2009			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de peças de veículo retido no pátio do posto da Polícia Rodoviária Federal em São José de Mipibu.					
Situação do Processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Encaminhado para julgamento em __/__/__			X	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			X	Arquivamento
Pena aplicada						

Número do Processo	08664.000.324/2009-92		
Remessa dos Autos	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$)		

12.

Número do Processo	08664.001.919/2009-65		
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa	Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria	Ordem de Serviço
Número e data do Ato:	143/09	Data: 08/09/2009	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Roubo da Identidade Funcional de Policial Rodoviário Federal.		
Situação do Processo		Instrução	Indiciamento/Defesa
		Encaminhado para julgamento em __/__/__	
Julgamento		Absolvição	Apenação
		Penalidade prescrita	X
Pena aplicada	Instauração de PAD após sindicância		
Arquivamento			
Remessa dos Autos	MPF		AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$)		

13.

Número do Processo	08664.002.175/2009-04				
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	142/09		Data: 08/09/2009		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Extravio de Identidade Funcional de Policial Rodoviário Federal.				
Situação do Processo		Instrução		Indiciamento/Defesa	Relatório
		Encaminhado para julgamento em __/__/__			X Processo julgado
Julgamento		Absolvição		Apenação	Instauração de PAD após sindicância
		Penalidade prescrita		X	Arquivamento
Pena aplicada					
Remessa dos Autos		MPF			AGU
Recomendação de Instauração de TCE		Valor do dano causado ou estimado (R\$)			

14.

Número do Processo	08664.001.466/2006-24				
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			Sindicância Acusatória
		Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria		Ordem de Serviço	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	035/09		Data: 01/04/2009		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Denúncia de assédio moral contra Policiais Rodoviários Federais.				

Número do Processo	08664.001.466/2006-24					
Situação do Processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Encaminhado para julgamento em __/__/__			X	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		X	Arquivamento	
Pena aplicada						
Remessa dos Autos	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$)				

15.

Número do Processo	08664.002.569/2009-54					
Tipo do Processo	X	Sindicância Investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros(especificar):
Número e data do Ato:	180/09		Data: 03/10/2009			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura FIAT/PALIO, placa MZL-7982.					
Situação do Processo	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Encaminhado para julgamento em __/__/__			X	Processo julgado
Julgamento	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD após sindicância
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		X	Arquivamento	
Pena aplicada						

Número do Processo	08664.002.569/2009-54		
Remessa dos Autos	MPF	X	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	Valor do dano causado ou estimado (R\$)		



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
15ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/RN		200123	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco T – Anexo II – Salas 527 e 529 - Brasília - DF – CEP 70.064-900
Telefone: (0xx61) 2025-9163 - Fax: (0xx61) 2025-9316